

REVISTA DE ECONOMIA
&
RELAÇÕES INTERNACIONAIS

volume 6 / edição especial / 2007
ISSN 1677-4973



FUNDAÇÃO ARMANDO ALVARES PENTEADO

Rua Alagoas, 903 - Higienópolis
São Paulo, SP - Brasil

Revista de Economia e Relações Internacionais / Faculdade de Economia
da Fundação Armando Alvares Penteado.
- Vol. 6, edição especial (2007) - São Paulo: FEC-FAAP, 2007

Semestral

1. Economia / Relações Internacionais - Periódicos. I. Fundação
Armando Alvares Penteado. Faculdade de Economia.

ISSN 1677-4973

CDU - 33 + 327

REVISTA DE ECONOMIA & RELAÇÕES INTERNACIONAIS

volume 6 / edição especial / 2007

Sumário

Apresentação	5
<i>Sergio Amaral</i>	
Palavras de Abertura	6
<i>Celita Procopio de Carvalho</i>	
Discurso do Embaixador Sergio Amaral	8
<i>Sergio Amaral</i>	
Os Estados Unidos vistos do sul: modelo e ameaça, problema e solução	12
<i>Rubens Ricupero</i>	
Melhorando o entendimento mútuo nas Américas	17
<i>Abraham F. Lowenthal</i>	
Relações EUA-América Latina: alguém se importa?	40
<i>Peter Hakim</i>	
Os Estados Unidos (vistos) do Brasil	54
<i>Roberto DaMatta</i>	



Patrocinadores do Centro de Estudos Americanos

ODEBRECHT



Apresentação

Sergio Amaral

Este número especial da *Revista de Economia & Relações Internacionais* reúne as conferências de quatro ilustres acadêmicos e especialistas em relações internacionais, proferidas por ocasião do seminário de inauguração do Centro de Estudos Americanos da Fundação Armando Alvares Penteado (FAAP).

Há cerca de três décadas havia apenas dois ou três cursos sobre Relações Internacionais. Hoje há mais de noventa. Mas são praticamente inexistentes centros de estudos voltados a países específicos. A iniciativa da FAAP reveste-se assim de caráter inovador e pioneiro e se inscreve no âmbito de seu projeto de progressiva internacionalização.

As palestras que compõem este número de *Economia & Relações Internacionais* oferecem um panorama diversificado, que chamamos “olhares cruzados”, sobre a visão dos Estados Unidos a respeito do Brasil e, reciprocamente, a visão dos brasileiros sobre os Estados Unidos.

Constituem assim uma introdução para os trabalhos e debates que o Centro de Estudos Americanos organizará, com o objetivo de promover um maior conhecimento recíproco entre os dois países.

Sergio Amaral

Diretor do Centro de Estudos Americanos

Palavras de Abertura

*Celita Procopio de Carvalho**

Prezado Governador José Serra, sua presença entre nós nesta solenidade honra a Fundação Armando Alvares Penteado e muito prestigia o Centro de Estudos Americanos. Muito obrigada.

Quero agradecer também a presença do senhor Christopher McMullen, cônsul geral dos Estados Unidos em São Paulo, representante do Embaixador dos Estados Unidos da América, Clifford Sobel. O Embaixador Sobel tem emprestado um valioso e inestimável apoio à criação deste Centro. Lamento que seus compromissos de embaixador tenham obstado sua presença neste evento. Espero que seja um dos primeiros a apresentar ao novo Centro sua visão sobre o seu país.

Tenho a grande satisfação de registrar o comparecimento de três embaixadores do Brasil nos Estados Unidos: Rubens Ricupero, que dirige a Faculdade de Economia e Relações Internacionais da FAAP; Rubens Barbosa, que abriu mão de iniciativa semelhante para participar deste Centro; e Roberto Abdenur, um dos inspiradores e promotores da idéia, quando ainda estava em Washington, juntamente com Carlos Eduardo Lins da Silva.

Embaixador Sergio Amaral, que dirigirá o Centro de Estudos Americanos.

Quero agradecer igualmente a presença dos professores e dirigentes de instituições acadêmicas, como o Embaixador José Botafogo Gonçalves, presidente do Cebri, uma instituição parceira da FAAP. E dos dirigentes de entidades empresarias, como Alexandre Silva, presidente da Câmara Americana de Comércio, que desde o início aplaudiram a criação deste centro e inclusive já anunciaram a intenção de apoiá-lo.

Professores e alunos da FAAP, senhoras e senhores:

A FAAP nasceu com uma vocação cultural e internacional. O Conde Armando Alvares Penteado, depois de uma longa permanência na Europa e sob a inspiração do que viu e aprendeu, deixou os seus bens para a criação de uma Escola e um Museu de Belas Artes em São Paulo, o que efetivamente ocorreu em 1961. Poucos anos depois, nos anos 70, a FAAP foi progressivamente estendendo a sua missão para o campo da educação. Mais recentemente, a Fundação vem desenvolvendo uma crescente atuação no plano internacional. Primeiro, como um dos mais ativos agentes de um denso intercâmbio cultural. Ao mesmo tempo em que acolheu expressivas mostras da arte européia, latino-americana e asiática, tornou-se um atuante promotor da cultura brasileira não apenas em nosso país, mas igualmente nos mais destacados centros artísticos mundiais.

* **Celita Procopio de Carvalho** é Presidente do Conselho de Curadores da Fundação Armando Alvares Penteado.

O intercâmbio de professores e alunos vem-se ampliando de modo exponencial. A FAAP acolhe hoje mais de uma centena de estudantes estrangeiros. O convênio entre a FAAP e o Conselho Argentino de Relações Internacionais (Cari) promove uma proveitosa troca de informações e opiniões sobre os dois países. A cooperação com o Instituto de Estudos Econômicos Internacionais de Lisboa, por sua vez, está centrado no estudo das relações entre o Mercosul e a União Européia.

A criação do Centro de Estudos Americanos é, assim, mais um passo relevante na direção da internacionalização de cursos, métodos e áreas de estudos internacionais. É curioso que, não obstante o interesse crescente pelo estudo das Relações Internacionais, o Brasil não dispusesse ainda de um centro de estudos sobre um país singular. A criação do CEA na FAAP visa a sanar esta deficiência.

O centro estará aberto à cooperação com todos, no Brasil e nos Estados Unidos, que compartilhem de objetivos afins. Estará também pronto para realizar parcerias com entidades culturais, acadêmicas e empresárias que se proponham a desenvolver projetos, seminários e intercâmbio sobre temas de interesse comum.

Ao iniciar este projeto, que poderá eventualmente evoluir para o estudo de outros países ou regiões, a FAAP acredita estar cumprindo com sua missão, junto a alunos e professores, mas também contribuindo para um maior conhecimento e, por conseguinte, mais intensas relações, com um dos mais importantes parceiros do Brasil.

Discurso do Embaixador Sergio Amaral

*Sergio Amaral**

Senhora Celita Procópio de Carvalho, em nome de quem eu cumprimento os membros da mesa, senhores professores, alunos, prezados amigos, como embaixadores do Brasil em Washington, senhoras e senhores:

Um único território de dimensões continentais, separado dos seus vizinhos pela Amazônia, pela cordilheira andina, do outro lado pelo Oceano Atlântico, o Brasil viveu voltado para dentro. Essa característica é uma das razões pelas quais nosso país tendeu a chegar atrasado aos grandes encontros da história. Foi um dos últimos a eliminar a escravidão, demorou para consolidar as instituições da democracia, tardou para realizar as reformas econômicas e estabilização da moeda. Outra de nossas características é o fato de que, quando aderimos a uma causa ou idéia, corremos para recuperar o tempo perdido. A abertura comercial nos anos 90 foi o ponto de partida para a remoção dos obstáculos ao investimento estrangeiro e em seguida, poucos anos depois, deu lugar a uma intensa internacionalização das empresas brasileiras, ainda hoje em curso.

A internacionalização não é, no entanto, apenas da economia; é também das idéias e do conhecimento. As universidades brasileiras, como a FAAP – que neste campo, aliás, é pioneira –, celebram um número crescente de convênios com instituições estrangeiras ao mesmo tempo em que expandem o intercâmbio de estudantes e professores, igualmente se internacionalizam. O interesse pelo mundo estimulou a abertura de mais de noventa cursos de Relações Internacionais nos últimos anos. Curiosamente, nós não temos um conhecimento de um único centro que desenvolva trabalhos e estudos regulares voltados para um país individual. É uma pena, pois temos muito a aprender com nossos vizinhos, notadamente a Argentina ou os Estados Unidos, país com o qual temos tradicionalmente relações estreitas; ou a respeito dos países europeus, que tiveram uma influência central na formação de nossa nacionalidade. A China, só para citar um exemplo, mantém um centro de estudos americanos no âmbito de seus conselhos internacionais que conta com 120 pesquisadores.

A criação de um centro de estudos americanos justifica-se por várias razões: compartilhamos com o povo norte-americano tradicionalmente o mesmo compromisso com a liberdade e com a democracia. As relações com os Estados Unidos sempre foram relevantes desde a independência ou mesmo antes dela. Como bem mostrará o Embaixador Rubens Ricupero, um reconhecido especialista da história diplomática brasileira durante o império, a sedução pelo

* **Sergio Amaral** é diretor do Centro de Estudos Americanos da FAAP, tendo servido como Embaixador do Brasil em Paris (2003-2005) e Londres (1999-2000). Foi Ministro do Estado de Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (2001-2002) e presidente do conselho do BNDES (2001-2002).

pensamento político e pela experiência da sociedade norte-americana sempre esteve presente nos debates parlamentares sobre a estruturação das nossas instituições.

No início do século XX, a atração pelos Estados Unidos tornou-se ainda mais intensa, especialmente em face ao declínio da presença britânica em nosso país. Após a Segunda Guerra Mundial, no entanto, a percepção dos brasileiros ressentiu-se das divisões geradas pela Guerra Fria e levou a grandes simplificações, tanto entre os que, nas suas manifestações mais extremadas, acreditavam que tudo o que era bom para os Estados Unidos era bom para o Brasil, quanto entre aqueles que vislumbravam que por trás de cada declaração ou iniciativa havia uma intenção intervencionista ou dominadora. Essa simplificação contribuiu para vários equívocos, obstou o exame dos temas da agenda bilateral pelos seus méritos próprios e sem a contaminação de idéias preconcebidas, alimentou fricções muitas vezes desnecessárias, politizou as diferenças e por vezes chegou a impedir o aproveitamento de oportunidades de cooperação em setores onde poderia haver uma convergência de percepções e de interesses. Os estudos sobre a realidade dos Estados Unidos por brasileiros, e vice-versa, são ainda mais relevantes no momento de significativas transformações tanto nos Estados Unidos quanto no Brasil. A sociedade norte-americana transforma-se por força da presença crescente de uma comunidade de imigrantes, da emergência de um pensamento político de fundamento religioso, e em decorrência da influência dos chamados neoconservadores na diplomacia. A estas mudanças se adicionam em parte o terrorismo e a transformação de combate a ele em prioridade interna e externa.

O mundo assiste hoje com certa surpresa, e por que não dizer complexidade, ao aparente paradoxo entre a consolidação da supremacia política e militar desta grande potência e suas visíveis dificuldades para propor e conduzir uma revisão das instituições internacionais à luz das novas realidades do século XXI, à semelhança do que fizeram os Estados Unidos quando do término da Segunda Guerra Mundial. Ao contrário, algumas de suas ações ou reações recentes no campo da política externa dão a impressão de ser uma reminiscência de um mundo que já acabou em vez de uma concertação multilateral que é hoje imposta pelos temas da nova agenda mundial. Os Estados Unidos parecem debater-se ainda com limitações geradas pelo sistema político em que, na expressão oportuna de Larry Summers, um dos partidos teme o livre comércio, enquanto o outro receia o multilateralismo. Essas mudanças profundas afetam as percepções norte-americanas sobre a América Latina, um dos temas a ser desenvolvidos pelo professor Abraham Lowenthal, um dos mais lúcidos observadores das relações interamericanas. Estas transformações criam novos ingredientes para a formulação da política externa norte-americana para a região e ao mesmo tempo novas oportunidades que não estariam sendo aproveitadas por nós na avaliação de quem, como Peter Hakim, presidente do Diálogo Interamericano, está particularmente bem situado para decifrar os desafios deste novo momento.

Do lado do Brasil, as transformações não são menos profundas. Enquanto a economia finalmente consolida a sua estabilidade financeira, as instituições

políticas sofrem a tensão que vem de uma nova efervescência social. O fenômeno não é só brasileiro, mas na verdade latino-americano. Depois da restauração da economia na década de 80, das reformas econômicas dos anos 90, o continente vive a emergência dos movimentos sociais, o que em princípio é positivo para a correção dos graves desequilíbrios sociais da região. Muitas instituições políticas se mostraram resistentes, os partidos políticos absorveram as novas demandas sociais: é o caso do Brasil. Onde, no entanto, o sistema partidário estava enfraquecido ou desacreditado, os movimentos sociais levaram ao poder formas diferenciadas de neopopulismo: é a situação da Venezuela e da Bolívia.



De um modo ou de outro, a emergência dos movimentos sociais ilustra o fortalecimento da sociedade civil, que passa a desempenhar uma influência crescente na política interna e na visão externa de nossos países. De qual modo, os interesses econômicos implicam de tal maneira e com uma tal intenção, que muitas vezes se sobrepõem aos canais de comunicação oficiais e diplomáticos.

O antropólogo Roberto da Matta, que será o último palestrante da manhã, está especialmente qualificado para a análise comparativa dos valores sociais e culturais do Brasil nos Estados Unidos pelos muitos anos em que foi professor em universidades norte-americanas.

Esta breve introdução não se propõe a repertoriar as indagações que serão objeto dos encontros, seminários, pesquisas e conferências que serão desenvolvidas pelo Centro de Estudos Americanos. Mas propõe-se unicamente a sublinhar o fato de que, na era global, o entendimento do sentido e da velocidade das transformações, tanto globais quanto nacionais, é um requisito para a adequada inserção do país no plano mundial e para um relacionamento mutuamente proveitoso com seus parceiros.

O escopo do Centro é limitado. Não se propõe a seguir as relações bilaterais, que já são suficientemente analisadas em diferentes instâncias do governo e da sociedade. Ele se propõe a estudar apenas os Estados Unidos. Mas não se pode negar que o estudo da sociedade, da política e da cultura brasileiras, bem como americanas, oferecerá uma grande contribuição para o entendimento e, por conseguinte, melhor qualidade das relações bilaterais. Deixemos aos brasilianistas a missão de desvendar o Brasil ao público norte-americano. Mas não há dúvida de que o diálogo entre brasilianistas e americanistas será benéfico a ambos.

Somos muito agradecidos pelo apoio que recebemos do Diálogo Inter-Americano e do Conselho de Relações Internacionais da Califórnia aqui representado, mas também do Woodrow Wilson Center e das universidades de Harvard e de Columbia, entre outras. O diálogo também pede a colaboração entre instituições brasileiras e americanas, particularmente o Cebri, a ONB, a USP, a PUC e tantos outros institutos, professores e especialistas que desejem participar das pesquisas, publicações e intercâmbios. No presente seminário damos início aos trabalhos do centro; seu programa prosseguirá com palestras sobre a percepção de alguns parceiros americanos em outras regiões. Em cooperação com instituições norte-americanas como a Fundação Fulbright, a FAAP deverá abrir uma cátedra sobre estudos americanos e promover um intercâmbio de pesquisadores brasileiros e americanos. Agradeço à embaixada, em particular ao



Embaixador Sobel, e ao consulado pelo apoio que deram ao centro desde o início das discussões sobre sua formação. Também agradeço às empresas que já manifestaram seu apoio a este centro, e espero que outras se associem, e conto com sua participação para que possamos desenvolver este trabalho, que é do interesse de todos.

Convido igualmente alunos e professores a se afiliarem a este novo centro. Ao criar o Centro de Estudos Americanos, a FAAP tem a convicção de contribuir para o melhor conhecimento entre brasileiros e norte-americanos e, por conseguinte, para abrir as portas a novas oportunidades de intercâmbio acadêmico, mas também cultural, diplomático e econômico.

Os Estados Unidos vistos do sul: modelo e ameaça, problema e solução

*Rubens Ricupero**

Ao explicar por que via semelhança entre as causas da Revolução Americana e a conspiração mineira na qual estava envolvido, o tenente-coronel da tropa paga de Minas Gerais Francisco de Paula Freire de Andrade declarava: “porque a América Inglesa nada a obrigou ao rompimento, senão os grandes tributos que lhe taxaram” (depoimento de 29 de julho de 1791, Autos da Devassa, *apud* MAXWELL, K. *A Devassa da Devassa*. 3 ed. Paz e Terra, 1985, p. 167). Em interrogatório de 1789, havia dito o réu: “O Abade Reynald tinha sido um escritor de grandes vistas; porque prognosticou o levantamento da América Setentrional, e que a capitania de Minas Gerais com o lançamento do tributo da derrama estaria agora nas mesmas circunstâncias” (*idem, ibidem*, p. 141).

O modelo americano, como se vê, começou cedo a acender as imaginações dos que viriam a ser os futuros brasileiros. O que vale para o Brasil vale também, com os indispensáveis ajustes, para a América Latina em geral.

Em artigo escrito em abril de 1910 para a *Deutsche Revue*, sob o título *América do Sul versus América do Norte*, o historiador e diplomata Manuel de Oliveira Lima afirmava: “... persiste, de um lado, uma desconfiança que parece incurável, do outro, um desdém que parece não menos incurável”. Continuava no mesmo tom o belicoso pernambucano: “... nutrem os Estados Unidos (...) um desdém invencível pelos outros países americanos (...): melhor dito, eles nunca consideraram como realmente suas iguais as nações de origem espanhola e portuguesa. Seu governo pode num momento dado ‘fofar’ esta ou aquela (...) com o desígnio de fazer dela um instrumento junto do resto, vendendo-lhe, entretanto, a maior soma possível de mercadorias, o que é de todo ponto legítimo e natural” (OLIVEIRA LIMA, M. *Obra Seleta*. Rio de Janeiro, INL, 1971, p.267).

Minoritário em seu próprio país, Oliveira Lima estava mais próximo dos sentimentos hispano-americanos. O Brasil da época era o da “aliança não-escrita” com os Estados Unidos, sob a liderança do Barão do Rio Branco e a entusiasta inspiração pró-americana ou monroista, como então se dizia, de Joaquim Nabuco. Lima partilhava os temores hispânicos diante da potência ianque em

* **Rubens Ricupero** é atualmente o Diretor da Faculdade de Economia e Relações Internacionais na Fundação Armando Álvares Penteado (FAAP), São Paulo. Anteriormente, foi o Secretário Geral da Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (Unctad) em Genebra, no período de 1995 a 2004, Presidente das Partes Contratantes do Gatt (1991), do Conselho de representantes do Gatt (1990), Ministro da Fazenda do Brasil (1994), Ministro do Meio Ambiente e da Amazônia Legal do Brasil (1993).

ascensão, que acabara de infligir humilhante derrota à mãe-pátria espanhola, ocupara Porto Rico, as Filipinas, Cuba, separara o Panamá da Colômbia, intervinha de vez em quando no Haiti, na Nicarágua, no México.

Entendia o Barão que o Brasil e outros grandes países como a Argentina e o Chile nada tinham a temer do cacetão americano, que se abatia de preferência nas costas daqueles que, na sua opinião, eram incapazes de governarem a si próprios. Cabia a cada um suprimir as razões das intervenções por meio do bom governo e do progresso, conforme receitava na abertura do III Congresso Científico Americano, no Rio de Janeiro, em 1905: “É indispensável que, antes de meio século, quatro ou cinco, pelo menos, das maiores nações da América Latina, por nobre emulação, cheguem, como a nossa grande e querida irmã do Norte, a competir em recursos com os mais poderosos Estados do mundo”. No fundo, não estava muito longe dessa opinião o que escreveu Oliveira Lima: “Os verdadeiros obstáculos a opor à conquista americana são os da nossa própria valia e do nosso próprio progresso”.

A denúncia cáustica da ameaça, feita por Oliveira Lima, e a emulação fecunda do exemplo americano, propugnada por Paranhos, podiam ser vistas como posições complementares, mais que excludentes, uma vez que eram ambas justificáveis conforme as circunstâncias. Não era contraditório que o primeiro tivesse manifestado as duas em momentos diferentes, enquanto foi apenas por cálculo e prudência diplomática que o Barão ou Nabuco nunca criticaram de público certos excessos da diplomacia de Theodore Roosevelt. Tratava-se, na verdade, de opiniões paradigmáticas que balizavam, em extremos opostos, o espectro das reações possíveis. Eram todas igualmente inspiradas pela irresistível ascensão dos Estados Unidos: primeiro, nos fins do século XIX, a potência hegemônica nas Américas; naquele instante, entre 1905 e 1914, ao *status* de grande potência mundial; para atingir, no futuro, a de uma das duas superpotências, até a solitária e dominadora posição atual. Acontecia tudo isso cem anos atrás, justamente na hora em que a mediação de Roosevelt para pôr fim à guerra russo-japonesa (1905) indicava que os Estados Unidos ultrapassavam os limites hemisféricos para se converterem em poder de alcance global.

Passado um século, seria exagero arriscar que não se alterou em substância o campo das atitudes concebíveis perante o poder americano? Num continente fragmentado, o que se vê é, na ponta rejecionista, os militantes da Alternativa Bolivariana: a Venezuela de Chávez; a Cuba dos Castros; a Bolívia de Morales; o Equador de Correa; a Nicarágua de Ortega. Nas antípodas, o México, quase toda a América Central e o Caribe, a Colômbia, o Peru. Nos vários matizes intermediários de cinza, os demais, dentre eles o Brasil.

Se preferi o enfoque da correlação internacional de forças, é porque não acredito que o problema das visões que têm um do outro os Estados Unidos e a América Latina possa ser captado de um ângulo exclusiva ou majoritariamente culturalista, como se tende a fazer. O que, com efeito, caracteriza acima de tudo a América Latina, do ponto de vista da evolução do sistema internacional, é que seus países viveram, desde a independência, debaixo da sombra do

crescentemente esmagador poder americano. Ao longo desses quase 200 anos de história independente, o diferencial de poder que os separa de Washington não fez senão aumentar.

Os mais próximos dos ianques e mais longe de Deus, segundo a fórmula atribuída a Porfirio Díaz, sabem que tal vizinhança se paga às vezes com um preço alto, até mesmo, no passado, com perdas territoriais. Europeus, asiáticos, árabes, africanos, ninguém escapa ao poderio americano, mas nenhum desses povos se encontra na área direta de sua influência imediata, naquilo que outrora se chamava o “backyard”, o quintal, dos Estados Unidos. É isso que diferencia em essência a América Latina das outras regiões, para o mal e, eventualmente, para o bem. Neste último caso, os benefícios de comércio e emigração decorrentes da proximidade ou a baixa incidência de guerras entre os Estados, devido à hegemonia inibidora dos americanos, diretamente ou por meio da Organização dos Estados Americanos (OEA).

Mas afirmar a realidade do incomensurável diferencial de poder não basta para explicar por que tomaram as coisas esse curso e não outro, quando se considera que afinal todos começaram mais ou menos à mesma época. Por que os Estados Unidos deram certo e os latinos fracassaram? Por que foram os primeiros capazes de edificar instituições estáveis e eficazes, de desenvolver a economia com grau satisfatório de integração social, e os demais se debatem há quase dois séculos com esses problemas? Por que acumularam os americanos o poder que têm hoje?

São essas as questões centrais que, com razão ou sem ela, têm ocupado a reflexão sobre as disparidades de destino entre as duas metades do hemisfério. Para respondê-las, escreveram-se livros que enchem uma biblioteca. As explicações se estendem do culturalismo ao materialismo histórico. Algumas privilegiam a natureza da colonização – de povoamento ou de exploração – e a diversa maneira como se inseriu cada uma no sistema global do comércio e da economia do capitalismo mercantil, depois industrial e financeiro. Outras preferiram a saída determinista do clima, dos recursos naturais, da raça ou, mais sofisticadamente, a da cultura em senso amplo. Entre essas, a maioria atribuiu a responsabilidade principal do fracasso ao peso paralisador de uma cultura ibérica que seria incompatível com a modernidade, o que parecia evidente com a *débâcle* espanhola de 1898.

Foi em reação ao derrotismo cultural que o uruguaio José Enrique Rodó escreveu *Ariel*, justamente em 1900, na virada do século. O velho mestre Próspero contrastava, em seu discurso de despedida, o materialismo imediatista e grosseiro de Calibã ao idealismo diáfano e encantador de Ariel, o espírito do ar de *A Tempestade*, de Shakespeare. Exortava os jovens a resistirem ao apelo da cultura materialista com base na valorização da cultura latina, herdeira dos ideais de vida da Grécia.

Ariel exerceu influência enorme nas primeiras décadas do século XX e não se pode negar que sua abordagem reaparece, de tempos em tempos, como uma das maneiras de reformular e inverter radicalmente a dicotomia fracasso latino-americano *versus* êxito norte-americano. Aliás, não deixa de ser paradoxal que o

maior intelectual brasileiro de formação universitária nos Estados Unidos, Gilberto Freyre, seja de longe o mais persuasivo advogado da tese das vantagens e atrações da cultura ibérica e brasileira tradicional.

Contudo, antes e depois não faltaram também os que exploraram o caminho de tentar compreender melhor, com ânimo desprevenido, o que os americanos do norte chamam às vezes do seu *excepcionalismo*. Isto é, o que está por trás da diferença das instituições políticas, dos costumes e comportamentos culturais, dos modelos econômicos e sociais. Muitas vezes se faz isso com o espírito utilitário de averiguar em que medida a experiência humana de nossos vizinhos hemisféricos é capaz de inspirar-nos a encontrar saída para os dilemas que nos afligem. Na década de 1860 do Império brasileiro, seguiu esse roteiro o debate indireto entre o Visconde do Uruguai e Tavares Bastos a propósito da antinomia centralismo conservador *versus* descentralização liberal. Não é este o lugar para descrever as posturas em confronto, o que está muito bem feito no livro *Centralização e descentralização no Império – O debate entre Tavares Bastos e o Visconde do Uruguai*, de Gabriela Nunes Ferreira (São Paulo, editora 34, 1999). Um dos elementos mais valiosos da obra é o anexo sobre *Os usos de A Democracia na América*. Nele se indica como os dois homens públicos lançam mão dos Federalistas, da própria Constituição dos Estados Unidos, mas sobretudo de *A Democracia na América*, de Alexis de Tocqueville, “por ser (...) a maior referência da época sobre o modelo norte-americano de organização social e política (...) e por ter também essa obra um carácter comparativo”. É sugestivo o que desvenda com agudeza a autora: o uso do mesmo modelo americano para chegar a conclusões bastante diferentes.

Algo similar poderia ser dito do que sucederia mais tarde com a proclamação da República. Rui Barbosa e outros protagonistas do episódio irão, mais uma vez, utilizar os modelos americanos para a Federação, a Constituição, o regime presidencial, o próprio nome – Estados Unidos do Brasil – e, em certa hora, quase até o símbolo da bandeira, que acabou ficando para o estado de São Paulo. Não seria difícil encontrar exemplos recentes da tendência. Um deles é a discussão em curso sobre a ação afirmativa e as cotas contra as desigualdades raciais e, de maneira mais ampla, a comparação da situação das raças no Brasil e nos Estados Unidos.

Mais abrangente talvez vem sendo a reestruturação em profundidade da economia aqui e na maioria dos países latino-americanos a partir dos anos 1980 e 1990, de acordo com o receituário do Consenso de Washington e de interpretações mais ou menos impuras do neoliberalismo. Não vou aqui me estender na apreciação desses aspectos porque minha intenção é tão somente mapear alguns dos problemas de interesse que mereceriam ser mais aprofundados num Centro universitário como este que ora lançamos: o de uma rede, um *network* para todos os que se interessam pelo fascinante, rico e diverso mundo norte-americano.

De minha parte, senti cedo esse fascínio, não apenas, como todo mundo, devido ao cinema, ao *jazz*, às histórias em quadrinhos dos super-heróis. Com 10 anos de idade, uns primos meus de Petrópolis deram-me dois livrinhos: um, a

Autobiografia de Benjamin Franklin; o outro, resumos de textos de Bolívar. Confesso um tanto envergonhado que não me interessei pelo último, mas o primeiro, com suas receitas de auto-aperfeiçoamento e auto-didatismo, me transformou a vida. Poderia ficar a falar horas de como o universo americano me marcou, como a todos os que nasceram depois de 1914. Mas quero terminar com outro grande americano, o saudoso Richard Morse, o mais latino dos ianques, que, ao explicar seu luminoso *O Espelho de Próspero*, nos dá, como ninguém mais seria capaz de fazer, o que deve ser o espírito do nosso Centro. Diz ele: “Resguardando-me (...) do tom recriminatório que domina o diálogo norte-sul de ambos os lados, pretendo considerar as Américas do Sul não como vítima, paciente ou ‘problema’, mas como uma imagem especular na qual a Anglo-América poderá reconhecer as suas próprias enfermidades e os seus problemas. É sabido que um espelho dá uma imagem invertida. Embora as Américas do Norte e do Sul se alimentem de fontes da civilização ocidental que são familiares a ambas, seus legados específicos correspondem a um anverso e um reverso (...) Há dois séculos um espelho norte-americano tem sido mostrado agressivamente ao Sul, com conseqüências inquietantes. Talvez seja a hora de virar esse espelho”.

Melhorando o entendimento mútuo nas Américas

*Abraham F. Lowenthal**

Enquanto as mudanças globais se aceleram, conceitos com os quais estamos familiarizados há muito tempo se tornam obsoletos. Mesmo assim, eles continuam a fornecer as bases conceituais para análises, debates e elaboração de políticas. Para fazer análises mais precisas e ajudar a elaborar políticas mais eficientes, faz-se necessário desafiar linhas de pensamento predominantes, questionar estereótipos entrincheirados e oferecer novas perspectivas. Este ensaio pretende sugerir mudanças em aspectos importantes da maneira como norte-americanos e latino-americanos se vêem.

Olhando para o sul: melhorando o entendimento da América Latina e do Caribe nos Estados Unidos

O primeiro passo para melhorar a compreensão da América Latina e do Caribe é desmembrar essa região altamente diversa. É difícil falar com profundidade sobre a América Latina como um todo e é impossível projetar diretrizes norte-americanas substanciais que sejam válidas para todos os países¹.

Sempre soubemos, é claro, que as nações latino-americanas e caribenhas variam enormemente: que a Argentina é muito diferente do Haiti, o Peru do Panamá, a República Dominicana do Chile – ou o Brasil de qualquer outro país da região. Da perspectiva norte-americana, entretanto, essas antigas diferenças meio que se afastaram do campo de visão durante os últimos vinte anos, tempo em que tantas nações latino-americanas e caribenhas adotaram governos democráticos, economias de mercado e políticas de equilíbrio macroeconômico. A América Latina deixou para trás o período onde “vanguardas” de esquerda e “guardiões” de direita menosprezavam a democracia; onde líderes da região optavam pelo planejamento central, promoviam uma participação maior do

* **Abraham F. Lowenthal** é professor da cadeira Robert F. Erburu de Ética, Globalização e Desenvolvimento e professor de relações internacionais da University of Southern California. Ele é também professor emérito e membro-veterano do Pacific Council on International Policy, e foi diretor-fundador do Diálogo Inter-Americano e do Programa Latino-Americano da Woodrow Wilson International Center for Scholars. Este ensaio foi baseado na palestra de 7 de maio de 2007, na inauguração do Centro de Estudos Americanos da Fundação Armando Álvares Penteado em São Paulo, Brasil. O autor agradece a ajuda de Maria Armoudian na pesquisa das mudanças nos Estados Unidos, possibilitada por uma bolsa do Centro de Estudos Internacionais, Escola de Relações Internacionais, University of Southern California.

¹ É verdade e digno de ênfase que “a América Latina como um todo pode ser diferenciada, para efeitos práticos, do resto do mundo, apesar de suas diversidades internas”, conforme argumenta Laurence Whitehead em seu perspicaz e provocante livro *Latin America: A New Interpretation* (New York: Palgrave Macmillan, 2006). Apesar disso, para analisar o futuro da região ou desenvolver políticas norte-americanas para a mesma, é imperativo desagregar.

governo na economia e abraçavam o “socialismo”; e onde um país após o outro implantou políticas econômicas populistas que levaram, cedo ou tarde, ao desastre financeiro.

Continua sendo verdade, e muitas vezes importante, que estas enormes mudanças por quase toda a região tenham ocorrido e que em muitos países elas continuem em vigor. Mas diferenças fundamentais entre os países da América Latina e do Caribe persistem e, em alguns casos, estão aumentando:

- Primeiro, a natureza e o grau de interdependência demográfica e econômica com os Estados Unidos variam enormemente – as mais altas, e ainda crescendo rapidamente, estão no México, América Central e Caribe; as mais baixas, e tendendo a permanecer assim, no Cone Sul;
- Segundo, o quanto esses países engajaram suas economias na competição internacional varia dentro de um amplo espectro: o Chile é o mais engajado, de longe; Brasil, México, Colômbia, Panamá e Peru estão relativamente engajados; outros países, nem tanto;
- Terceiro, existe também uma gama de práticas no que diz respeito a governar democraticamente, incluindo a transparência horizontal e o cumprimento da lei: isto é mais forte no Chile, Uruguai, Costa Rica e, cada vez mais, embora de maneira pouco uniforme, no Brasil; vem ganhando terreno no México, embora ainda a duras penas; está passando por grandes dificuldades na Venezuela, em todos os países andinos, em boa parte da América Central, Haiti e Paraguai; e, possivelmente, em declínio na Argentina;
- Quarto, ainda existem grandes diferenças quanto à relativa eficiência das instituições civis e políticas: ela é mais forte no Chile, vem crescendo de maneira consistente e admirável no Brasil e no México; está voltando a ter presença na Colômbia; ainda é fraca em muitas nações; deteriorando em várias; excepcionalmente fracas no Haiti;
- Quinto, algumas nações enfrentam o desafio especial de integrar mais de 30 milhões de habitantes indígenas desfavorecidos, especialmente na Bolívia, Equador, Guatemala, Honduras, Paraguai, no altiplano do Peru e no sul do México.

Apenas quando estas importantes diferenças estruturais forem reconhecidas de forma consistente, a América Latina e o Caribe poderão ser vistos com clareza e políticas norte-americanas mais eficientes para a América Latina poderão ser projetadas. Pronunciamentos, diretrizes e encontros abrangendo todo o hemisfério ocidental simplesmente não irão funcionar.

Brasil: ganhando com o futuro

A idéia convencional sobre o Brasil nos Estados Unidos continua sendo “o Brasil é o país do futuro e sempre será”. De várias maneiras, entretanto, o futuro já chegou ao Brasil, ou pelo menos está muito mais perto. Nos últimos 20 anos, o Brasil abriu partes importantes de sua economia para a concorrência internacional, modernizou boa parte de seu setor agrícola e desenvolveu uma

série de indústrias com presença continental e até mundial. O Brasil, de maneira lenta, mas consistente, fortaleceu suas instituições governamentais, privadas e não-governamentais. O país assegurou estabilidade financeira, atraiu investimento estrangeiro de vulto e promoveu crescimento econômico continuado, ainda que modesto. E o Brasil tem feito progresso notável, ainda que insuficiente e altamente irregular, no combate à corrupção, à impunidade e à falta de transparência.

O Brasil também forjou um amplo consenso quanto a seus objetivos macroeconômicos e sociais, incluindo a necessidade urgente de reduzir a pobreza, diminuir a gritante desigualdade, combater a discriminação racial, reduzir a violência e melhorar a educação em todos os níveis. Não se deve subestimar a dificuldade de se planejar e implementar políticas que busquem atingir essas metas. Para liberar um potencial ainda maior, é imperativo que se melhore a qualidade da educação; que se modernize a infra-estrutura e os serviços públicos; que se reforme a polícia; que se aumente a produtividade em setores onde o Brasil pode ser competitivo internacionalmente; que se reduzam benefícios a certos setores; que se reestruturem políticas fiscais. Ainda assim, o consenso e as instituições mais fortes se combinam para produzir um grau inédito de previsibilidade no Brasil, baseado nas estáveis expectativas quanto às “regras do jogo” e aos processos institucionais necessários para mudá-las. Esta previsibilidade permite que o Estado, a iniciativa privada e os cidadãos tomem decisões seguras que, por sua vez, são parte importante do que é preciso para continuar construindo o país.

Vizinhos mais próximos: a agenda “interméstica”

As relações dos EUA com seus vizinhos mais próximos no México, América Central e países caribenhos estão cada vez mais distintas daquelas com o resto da América Latina. Os EUA se tornaram uma influência ainda mais forte em toda a sua região fronteiriça, principalmente por causa da maciça imigração de 1965 para cá. Do mesmo modo, as enormes e crescentes diásporas mexicanas, centro-americanas e caribenhas, em número cada vez maior para partes diferentes dos EUA estão mudando as relações norte-americanas com a Bacia Caribenha² de maneira irreversível.

Políticos, estrategistas de negócios, anunciantes, banqueiros, empregados, sindicatos, educadores, oficiais da lei e funcionários médicos, todos sabem que a fronteira entre os Estados Unidos e seus vizinhos imediatos é porosa, às vezes até ilusória. É difícil definir a fronteira funcional entre a América Latina e a América Anglo-Saxã hoje, mas ela certamente está bem ao norte de San Diego, no oeste, e de Miami, no leste. Remessas da diáspora são vitais para as economias do México e de muitas nações da América Central e do Caribe. No México, as remessas totalizaram US\$ 24 bilhões em 2006, mais do que o total de investimento estrangeiro direto no país; na América Central e na República Dominicana, as remessas superaram o investimento e a ajuda econômica

² Para mais detalhes sobre imigração mexicana para vários estados “portões” ou “de crescimento recente”, ver ANRIG JR, G.; WANG, T.A. *Immigration's New Frontiers: Experiences from the Emerging Gateway States*. New York, NY: The Century Foundation Press, 2006.

estrangeiras combinados enquanto fontes de capital³. Contribuições de campanha e votos da diáspora são muito importantes nas políticas locais desses países, enquanto a participação de imigrantes naturalizados é um fator cada vez mais importante na política nacional norte-americana. Gangues juvenis e líderes criminosos socializados nos Estados Unidos estão causando grandes problemas em seus países de origem, em muitos casos depois de terem sido deportados de volta a seus países pelos Estados Unidos. Gangues de jovens latinos são um fator-chave na vida de Los Angeles e em várias outras cidades norte-americanas. Mudar as leis de imigração e introduzir procedimentos de controle de fronteira mais severos podem afetar marginalmente a taxa de entrada de migrantes não-autorizados, pelo menos por um tempo, mas provavelmente não irão reduzir significativamente os fluxos migratórios nem alterar o impacto fundamental de padrões estabelecidos há muito tempo.

Juntos, o México, a América Central e os países do Caribe respondem por mais ou menos um terço da população total da América Latina e do Caribe, mas por quase metade do investimento norte-americano na região como um todo, por mais de 70% do comércio lícito entre Estados Unidos e América Latina, e por uns 85% de toda a imigração latino-americana para os EUA. Nos próximos 25 anos, o México e as nações do Caribe e da América Central tendem a ficar mais integralmente atraídas para a órbita norte-americana, tanto por causa das tendências fundamentais, menos visíveis, como por causa de políticas como o Acordo Norte-Americano de Livre Comércio (Nafta) e o Acordo de Livre Comércio com a República Dominicana e as nações da América Central (DR-Cafta). Esses países usarão o dólar como sua moeda informal e, em muitos casos, oficial; enviarão quase todas as suas exportações para os Estados Unidos; cortarão enormemente com remessas de suas diásporas e turistas, investimento, importações e tecnologia norte-americanos; absorverão cultura popular e modismos norte-americanos, mas também influenciarão a cultura popular dos EUA; desenvolverão jogadores de beisebol para as principais ligas norte-americanas e, talvez, chegarão até a ter equipes próprias na primeira divisão. Eles continuarão a mandar muitos imigrantes em direção ao norte e muitos irão aceitar crescentes números de norte-americanos aposentados como residentes no longo prazo, assim como grandes quantidades à procura de cuidados médicos baratos. Cidadãos e redes transnacionais crescerão em importância em assuntos como seguros de saúde internacionais móveis e educação bilíngüe. Todas estas tendências irão certamente incluir Cuba com o tempo, talvez logo, e de maneira acelerada.

As questões que derivam diretamente da interligação única que existe entre os EUA e seus vizinhos próximos – imigração, drogas e tráfico de armas, roubo de carros, lavagem de dinheiro, reações a furacões e outros desastres naturais, proteção ao meio ambiente e saúde pública, polícia e administração das fronteiras – se colocam como desafios particularmente complexos às ações políticas. Estas

³ Remessas contribuem em mais de 15% da renda nacional em El Salvador, Jamaica e Honduras. Ver *Making the Most of Family Remittances, Second Report of the Inter-American Dialogue Task Force on Remittances*. Washington, DC: Inter-American Dialogue, maio 2007.

questões “intermésticas”, que combinam aspectos nacionais e internacionais, são muitos difíceis de enfrentar. O processo político democrático, tanto nos EUA como nos países que lhe fazem fronteira, empurra as políticas de ambos os lados para o extremo oposto do que seria preciso para se conseguir a cooperação internacional necessária para administrar problemas espinhosos que transcendem fronteiras. Um exemplo claro é a política de imigração; os pontos ultranacionalistas aprovados nos debates do Congresso norte-americano e a aprovação deste à cerca fronteira entre os EUA e o México, sem dúvida, têm tido impacto contraproducente no México e na América Central, tornando o trabalho conjunto nessa e em outras questões muito mais difícil. O mesmo pode-se dizer da política anti-drogas, onde os EUA ainda mantêm o foco muito mais na restrição da oferta do que na redução da demanda; e da política dos subsídios agrícolas, contrários aos conceitos e à ideologia comercial dos Estados Unidos, imposta por lobbies internos.

Este dilema – as abordagens políticas mais atraentes ao público interno freqüentemente impedindo a cooperação internacional necessária – não se limita aos Estados Unidos. Os impulsos de jogar a responsabilidade dos problemas mais difíceis para o outro lado da fronteira, e de se afirmar a “soberania” mesmo quando esta é impossível em termos práticos, são recíprocos e interativos.

O Cone Sul: um estudo de contrastes

O Chile é o país latino-americano mais engajado na economia mundial e que tem, no todo, as instituições mais fortes e as normas e práticas democráticas mais arraigadas. Atualmente, o Chile tem um obstáculo relativamente limitado, a integração indígena, mas manda poucos imigrantes para os Estados Unidos e outros lugares e está, pelo menos, tão proximamente ligado às economias da Ásia, Europa e do resto da América Latina quanto a dos Estados Unidos. O Chile construiu um amplo consenso nacional em muitas políticas públicas fundamentais, sustentando um alto índice de previsibilidade que facilita o investimento, nacional e estrangeiro, e estimula o planejamento estratégico, tanto pelo governo quanto pelo setor privado⁴. O país tem obstáculos – um sistema educacional que reforça desigualdades, problemas ambientais e as questões permanentes da competitividade global, por exemplo –, mas suas diretrizes oficiais, política e instituições ajudam na superação desses obstáculos. O perfil internacional do Chile e sua prioridade para os Estados Unidos são consideravelmente maiores do que o que seu tamanho, poder militar ou força econômica sozinhos poderiam conseguir. Seu poder de persuasão e diplomacia (o chamado “soft power”) atrai atenções, projeta liderança e conquista influência internacional – embora também produza algum ressentimento e resistência de pessoas em países vizinhos.

A Argentina, por outro lado, tem tido dificuldade em construir consensos, fortalecer instituições, abrir sua economia totalmente e conseguir a previsibilidade

⁴ Um exemplo marcante é a decisão do governo Bachelet de investir ganhos inesperados do cobre em instrumentos internacionais, usando os ganhos gerados por esses investimentos para atender necessidades sociais internas.

e transparência que são tão importantes para se superar perspectivas de curto prazo (*cortoplacismo*) e facilitar o desenvolvimento sustentado. Apesar de a Argentina ter sido ativa em assuntos internacionais – e tem sido um aliado firme e freqüentemente prestativo dos Estados Unidos no combate ao terrorismo, ao tráfico de drogas e à não-proliferação –, ela não pode realmente contar com muita empatia ou apoio concreto dos EUA, não importa quem esteja no poder em Washington. O fracasso do governo Bush em salvar a Argentina durante sua profunda crise econômica de 2001-2002 muito provavelmente não foi uma anormalidade – uma decisão pessoal arbitrária de um presidente norte-americano ou de seu secretário do Tesouro –, mas sim uma consequência do papel marginal que há muito tempo Washington lhe atribui e das dúvidas quanto às chances de a Argentina sustentar políticas sensatas.

As nações andinas: crises de governabilidade

As conturbadas nações da Cordilheira dos Andes – Colômbia, Equador, Peru e Bolívia – respondem por quase 22% da população latino-americana, apenas 13% do seu PIB, aproximadamente 10% do investimento norte-americano, menos de 15% do comércio legal entre EUA e América Latina, mas por quase toda a cocaína e heroína importada para dentro dos Estados Unidos (freqüentemente através do México, América Central e ilhas do Caribe). Todos os países andinos, em graus diferentes, mas invariavelmente altos, sofrem com instituições políticas extremamente frágeis e pela falta de integração das grandes populações indígenas – cada vez mais engajadas em protestos –, além daqueles, não apenas indígenas, que vivem na pobreza ou na extrema pobreza⁵. Nestas circunstâncias, o mantra de Washington de que mercados livres e políticas democráticas se fortalecem e se apóiam num poderoso círculo virtuoso não funciona. Exclusão gigantesca, vasta pobreza e grave desigualdade, crescente consciência étnica e sub-regional nacional, a frágil presença do Estado em áreas rurais, políticas democráticas e economias de mercado são uma combinação extremamente volátil, sem condições de coexistir no médio prazo. Os grandes desafios enfrentados na reação às crises de governabilidade andinas surgem desse dilema profundo. O violento e corrosivo comércio de drogas é, pelo menos, tanto sintoma quanto causa destas crises; portanto, enfrentar apenas o tráfico de drogas surtirá pouco efeito. Do mesmo modo, combater a guerrilha e os movimentos paramilitares apenas por meios militares tem poucas chances de ter qualquer impacto duradouro. Apenas se e quando os fatores mais profundos forem enfrentados de forma completa poderão as nações da Cordilheira dos Andes ter esperança de atingir estabilidade e desenvolvimento democrático.

A suposta guinada para a esquerda da América Latina

Uma percepção comum sobre a América Latina nos Estados Unidos é de que a região, liderada por Hugo Chávez na Venezuela, tem “dado uma guinada

⁵ Ver HURTADO, O. Democracia y Gobernabilidad en los Países Andinos. *Foreign Affairs En Español*, Vol. 5 #4, 2005.

para a esquerda” e que essa orientação supostamente esquerdista e anti-americana poderia ameaçar a influência, a prosperidade e a segurança dos EUA. Em algumas versões dessa imagem, referências são feitas à crescente presença da China na América Latina, e/ou ao recente e crescente interesse do Irã pela região. Essa visão, expressa por vários personagens no Congresso norte-americano e muito difundida entre alguns profissionais e empresários, é baseada, como os estereótipos geralmente o são, em alguns dados reais, mas é profundamente desinformada e potencialmente perigosa.

Líderes da esquerda latino-americana estão no poder na Argentina, Brasil, Chile, Costa Rica, República Dominicana, Panamá, Peru e Uruguai, mas todos estão firmemente comprometidos com livres mercados, comércio internacional e investimento estrangeiro. Eles não acreditam em economias centralizadas, mas apóiam Estados eficientes focados em educação, infra-estrutura e diminuição da pobreza. Eles não menosprezam o sistema democrático, como fazia a esquerda nos anos 60. São, na verdade, resolutos patrocinadores dele. Eles não são anti-americanos, mas abertos à cooperação pragmática com os Estados Unidos, sem serem aliados automáticos ou Estados-clientes. Em nenhum desses países Hugo Chávez tem muita influência atualmente, apesar da sua generosa diplomacia de petrodólares.

Enquanto isso, os governos da Colômbia, México, El Salvador e Guatemala não são nada esquerdistas, mas bastante conservadores e estão dispostos a cooperar com Washington e a resistir aos agrados de Chávez, mas não necessariamente a confrontá-lo. Embora existam políticos nacionalistas, populistas ou anti-americanos em cada um desses países, estes têm sido até agora derrotados nas eleições por candidatos comprometidos com o livre comércio e abordagens pró-EUA, mesmo numa época em que a imagem internacional dos Estados Unidos está seriamente manchada⁶.

Bolívia, Equador, Nicarágua, Venezuela – e Cuba, claro – têm diferentes variedades de governos populistas, e o Paraguai e possivelmente a Guatemala têm chances de seguirem seus passos. Mas apenas a Venezuela e Cuba insistem em políticas continuamente hostis para com os Estados Unidos. Mesmo assim, a Venezuela segue, pragmaticamente, vendendo a maior parte de seu petróleo para os Estados Unidos, enquanto Cuba provavelmente está discretamente preparando uma política de reconciliação com os EUA. Com exceção da Venezuela, rica em petróleo, todos esses países estão entre os mais pobres da região. A maioria tem grandes quantidades de povos indígenas historicamente excluídos, o que também vale para o sul do México e o altiplano do Peru – onde os apelos anti-sistema e anti-elite personificados por Chávez também têm apoio significativo. Estes estão entre os países menos integrados e menos desenvolvidos da América Latina e não formam a base de um poderoso ou ameaçador eixo anti-EUA. É vital para esses países investir na diminuição da pobreza, educação, infra-estrutura e inclusão social – e seria útil para os Estados Unidos e outros países importantes das Américas apoiar esses esforços –, mas os Estados Unidos não estão enfrentando uma crise de segurança por causa desses países, e

⁶ Dito tudo isso, a principal tendência no comportamento latino-americano político e eleitoral recente tem sido em direção ao centro, não à esquerda, como Rozendo Fraga, Oscar Arias e outros argumentaram.

provavelmente não enfrentarão. Imaginar possíveis ameaças à segurança, a fim de aumentar a preocupação de Washington para com a América Latina, provavelmente iria distorcer ainda mais a atenção dedicada pelos Estados Unidos à região em vez de produzir um resultado construtivo.

É verdade que a China está expandindo rapidamente sua atividade econômica na América Latina e que logo haverá uma presença chinesa maior nas Américas do que a União Soviética jamais teve durante a Guerra Fria, quando Washington se preocupava em combater a influência russa⁷. Mas o fato de que a China se tornou um parceiro comercial cada vez mais importante para vários países latino-americanos (assim como dos Estados Unidos, claro), principalmente como importador de matérias-primas e de produtos agrícolas, pode ser, na verdade, favorável aos interesses dos EUA, já que promove maior prosperidade e poder de compra num mercado exportador onde os Estados Unidos têm muitas vantagens competitivas, surgidas da proximidade, familiaridade e do potencial unificador da diáspora latino-americana. Apesar de que aparentes promessas chinesas de grandes investimentos na América Latina até agora não têm levado a muitos resultados concretos, haveria poucos motivos para os Estados Unidos se preocuparem se o investimento vindo da China (ou ainda da Índia) se expandisse dos seus atuais níveis modestos; tal investimento estaria em grande concordância com o tipo de economia mundial aberta que assegura os interesses dos Estados Unidos.

E embora existam situações isoladas, mas potencialmente assustadoras, onde facções militantes iranianas ou islâmicas poderiam causar dificuldades dentro e a partir da América Latina, a região tem pouca chance de ser palco ou fonte de ataques terroristas⁸. Seria aconselhável que Washington não repetisse os erros da Guerra Fria ao criar ameaças à segurança que acabassem virando realidade na América Latina e no Caribe, desviando assim a atenção de seus reais interesses e dos principais desafios em comum enfrentados pelas Américas. O foco norte-americano no Ocidente deveria ser em oportunidades para enfrentar problemas comuns – da segurança energética ao aquecimento global, à saúde pública, drogas, tráfico de armas, comércio e imigração –, não a busca de ameaças-fantasma.

Questionando estereótipos familiares

É importante também contestar dois modos de pensar familiares nos Estados Unidos com relação à América Latina e ao Caribe; imagens contraditórias que, paradoxalmente, tendem a persistir no discurso norte-americano. Um é uma

⁷ Para uma consideração detalhada das crescentes relações da China com a América Latina, ver DOMINGUEZ, J.I. *et al. China's Relations with Latin America: Shared Gains, Asymmetric Hopes*. Washington, DC: Inter-American Dialogue, Working Paper, junho 2006.

⁸ Para um relato informativo, embora hiperbólico, da crescente presença do Irã na América Latina, ver VANN, D.S. *Iran's Presence in Latin America: Trade Energy and Terror*. Washington DC: American Jewish Committee, 2007. A recente declaração do presidente da Nicarágua, Daniel Ortega, em Teerã, de que as revoluções nicaraguense e iraniana são “gêmeas” que “o imperialismo nunca poderá separar” ilustra o potencial para ligações iranianas no Ocidente, mas, provavelmente, não é mais do que um esforço nicaraguense em ganhar um pouco de influência usando o nome do Irã.

visão excessivamente otimista da região, projetando a experiência e a ideologia norte-americana, combinada com imaginação fértil; o outro é uma visão excessivamente pessimista, baseada em noções de superioridade norte-americana.

A visão excessivamente otimista – baseada principalmente nas mudanças das visões latino-americanas de democracia, mercados e políticas macroeconômicas – trombeteia a suposta convergência da América Latina com os Estados Unidos. Esta visão afirma que (com exceção de Cuba) a América Latina é uma região inteiramente democrática; ela saúda o apoio da América Latina ao “Consenso de Washington” quanto a reformas de mercado e liberalização da economia; ela proclama a existência de uma dedicação ao objetivo do livre comércio em todo o hemisfério, do Alasca à Patagônia; e demanda amplas parcerias interamericanas nas “guerras” contra o terrorismo e as drogas, e na busca por segurança energética. Essa visão emergiu da Cúpula de Miami, em 1994, quando os presidentes e primeiros-ministros reunidos de todos os países do hemisfério ocidental, exceto Cuba, proclamaram seu compromisso coletivo com relação a uma Área de Livre Comércio das Américas até 2005. A “visão de Miami” não se limitou a pronunciamentos oficiais; ela tem sido freqüentemente articulada nas páginas editoriais do *Wall Street Journal* e em outros órgãos da mídia, nas palavras de especialistas, e na produção de vários *think tanks*⁹.

Acontece que durante todo o tempo havia muito menos na visão de Miami do que parecia à primeira vista. A extensão e a profundidade do comprometimento latino-americano com o livre comércio hemisférico havia sido exagerada, como o foi também a determinação dos EUA em superar seu protecionismo. 2005 veio e foi sem qualquer acordo e o projeto da Alca foi perdendo importância desde então, se é que já não morreu de vez.

Embora a preferência nominal dos latino-americanos pela democracia persista, governos efetivamente democráticos, além de eleições livres e justas, estão em falta em vários países hoje e mesmo a qualidade dos processos eleitorais deteriorou em vários casos. Instituições legislativas e judiciais estáveis e autônomas, partidos fortes e uma imprensa livre e independente, todos agentes capazes de monitorar forças autoritárias, são frágeis não apenas em Cuba, mas também na Venezuela, Bolívia, Equador e em diversos outros países, incluindo a Argentina¹⁰.

Ao contrário do que comumente se afirma, o sucesso do Chile em conseguir tanto crescimento econômico e um governo efetivamente democrático não é uma prova do poder da liberação dos mercados e do desmonte do Estado. O sucesso do Chile, na verdade, demonstra o valor de se combinar pragmaticamente

⁹ Nem mesmo o Inter-American Dialogue, o melhor *think tank* norte-americano focado na América Latina, ficou inteiramente isento dessa tendência, embora o Dialogue tenha embasado sua visão substancialmente desde seu influente relato de 1993 *Convergence and Community: The Americas in 1993*. Washington, DC: Inter-American Dialogue, 1993.

¹⁰ Ver LOWENTHAL, A.F. Argentina: Weak Institutions Keep a Good Country Down. *New Perspectives Quarterly*, Vol 23 #4, outono de 2006. Cf. LEVITSKY, S.; MURILLO, M.V. (eds). *Argentine Democracy: The Politics of Institutional Weakness*. University Park, PA: Pennsylvania State University Press, 2005.

reformas que abrem o mercado com ação estatal vigorosa¹¹. Por toda a região, países estão tentando direcionar e fortalecer a competência do Estado, não enfraquecê-la; corrigir as conseqüências do mercado por meio de políticas públicas determinadas; e achar maneiras efetivas de lidar com a pobreza, a desigualdade e a exclusão. Já está mais que na hora de o discurso norte-americano alcançar esta realidade e realmente aprender com os esforços latino-americanos¹².

É importante também não desdenhar a América Latina, considerando-a uma região atrasada. Os países da América Latina e do Caribe são freqüentemente retratados nos Estados Unidos como cheios de trabalhadores desmotivados, de homens de negócios que preferem garantir apenas o seu em vez de terem criatividade empresarial, e políticos demagogos – como uma região que não evolui por causa de privilégios entrincheirados, amaldiçoada por corrupção endêmica e disposta a deixar o trabalho para *mañana*. Esses estereótipos persistem apesar do duro esforço dos trabalhadores de São Paulo, do sucesso de setores especializados do Chile, da próspera agricultura da Argentina e do trabalho dedicado nos Estados Unidos dos imigrantes do México, Caribe e América Central. Eles ignoram empresas multinacionais que são competitivas globalmente como Embraer, Vale, Odebrecht e Cemex; e líderes políticos de classe internacional como Fernando Henrique Cardoso, Ricardo Lagos e Ernesto Zedillo. E eles ignoram as provas abundantes nos próprios Estados Unidos de que a corrupção ocorre em qualquer hora e lugar desde que não monitorada por normas firmes, jornalismo investigativo, um Judiciário independente e outras forças importantes de oposição. Às vezes essas imagens negativas estão assentadas em teorias sobre tendências culturais; elas freqüentemente se baseiam em impressões pessoais, pioradas por preconceito e até por racismo. Quaisquer que sejam suas fontes, estas visões deveriam ser corrigidas por uma maior exposição às histórias de sucesso da América Latina, mais ênfase em questões estruturais e institucionais e maior consciência das falhas norte-americanas. Atitudes de menosprezo não são uma base sólida para compreensão ou para agendas políticas.

Olhando para o Norte: melhorando a compreensão latino-americana dos Estados Unidos

Os pontos que este ensaio tem colocado até agora talvez sejam “chover no molhado”, como se diz no Brasil. Se o que foi dito antes parece óbvio para muitos leitores latino-americanos, talvez forneça credibilidade para sugestões

¹¹ Para um entendimento mais claro dessa questão e de outras, ver SANTISO, J. *Latin America's Political Economy of the Possible: Beyond Good Revolutionaries and Free-Marketters*. Cambridge, MA: MIT Press, 2006. Para uma crítica bem elaborada da literatura recente sobre o desenvolvimento da América Latina, enfatizando o consenso geral necessário para um papel determinante do estado, ver ELLIOT ARMIJO, L. *Leadership, Responsibility, Perhaps Democracy: New Thinking About Latin American Development*. *Latin American Research Review*, Vol 42 #2, junho 2007, p. 202-211. Para um argumento paralelo interessante sobre o papel do Estado no contexto norte-americano, ver BOK, D. *The State of the Nation: Government and the Quest for a Better Society*. Cambridge, MA: Harvard University Press, 1996.

¹² À medida que maior desigualdade de renda, aumento da pobreza e crescente vulnerabilidade ficaram mais visíveis nos Estados Unidos, a experiência latino-americana pode bem ser reconhecida como relevante, conforme constatou o prefeito de Nova York, Michael Bloomberg, em sua visita ao México em 2007. Lá ele analisou a relevância para a cidade de Nova York do programa Oportunidades, que concede empréstimos de dinheiro condicionais, à semelhança do programa Bolsa-Família no Brasil.

que desejo oferecer de passos recíprocos que latino-americanos podem dar para melhorar seu entendimento dos Estados Unidos hoje e da provável evolução que eles podem ter.

A complexidade do planejamento de políticas dos Estados Unidos

Assim como os norte-americanos fariam bem em separar “América Latina”, é igualmente importante que os latino-americanos separem os “Estados Unidos” para que possam compreender sua dinâmica, direção e diretrizes políticas.

Analistas de políticas norte-americanas para a América Latina e o Caribe entendem há tempos que estas, normalmente, não são feitas apenas pelo presidente, pelo Departamento de Estado ou por qualquer outro agente racional individual do governo. Em vez disso, elas emergem de uma série de processos de barganha, sobrepostos e interligados, entre as diversas agências e departamentos executivos, o Congresso, o Judiciário, governos estaduais e locais e um elenco de atores não-governamentais, freqüentemente em competição uns com os outros.

É difícil exagerar quantas outras questões e relações competem com a América Latina pela atenção dos principais planejadores de políticas dos Estados Unidos. Não se trata apenas das circunstâncias especiais da guerra no Iraque, do impasse Israel-Palestina e dos espectros de um Irã e de uma Coréia do Norte nucleares que diminuem a América Latina nos círculos norte-americanos onde se elaboram políticas; sempre existem outras questões e relações que merecem mais prioridade. A América Latina raramente está no radar daqueles que projetam as políticas norte-americanas¹³. Apelos a altas autoridades norte-americanas para “prestar mais atenção” à América Latina, portanto, estão fadados ao fracasso; mais eficiente seria melhorar a qualidade da limitada atenção que elas podem dar¹⁴.

Nas suas negociações com a América Latina, os Estados Unidos nunca foram coerentes, como já foi freqüentemente retratado no sul, mas a complexidade do planejamento de políticas norte-americanas ficou mais pronunciada nos últimos anos e as políticas norte-americanas, conseqüentemente, ficaram ainda menos coerentes¹⁵. As políticas que afetam a América Latina e o Caribe são influenciadas menos pelas relações de poder internacionais e desafios externos do que pelo intercâmbio entre influências internas e lobbies anti-imigração; comunidades religiosas de tendências variadas; fundações, *think tanks*

¹³ Não falta material para sustentar esse ponto de vista. As memórias de importantes praticantes da política externa norte-americana (como Henry Kissinger ou Madeleine Albright) raramente mencionam a América Latina. Ver, para outros exemplos, o lúcido debate sobre as prioridades da política externa norte-americana por Richard N. Haass, presidente do Conselho de Relações Exteriores e ex-diretor de planejamento de políticas do Departamento de Estado, onde não há quase nenhuma menção à América Latina ou a qualquer país latino-americano. HAASS, R.N. *The Opportunity: America's Moment to Alter History's Course*. New York, NY: Public Affairs, 2005. Não há muitas chances de isso mudar. O importante discurso do senador Barack Obama sobre política externa no Conselho de Chicago sobre Assuntos Globais, por exemplo, menciona a América Latina em apenas metade de uma frase.

¹⁴ Para algumas sugestões específicas sobre como melhorar a qualidade da atenção dos EUA para com a América Latina, ver LOWENTHAL, A.F. Setting Some Realistic US Goals. *San Diego Union Tribune*, 28 fev 2007.

¹⁵ Este e os seguintes quatro parágrafos são tirados de Os Estados Unidos e América Latina no Início do Século XXI. *Política Externa*, Vol 15 #3, dez/jan/fev 2006-2007, também publicado em espanhol como Estados Unidos y America Latina a Inicios del Siglo XXI. *Foreign Affairs en Español*, jan-mar 2007.

e a mídia; organizações criminais, incluindo os cartéis da droga e a polícia; assim como grupos formados para promover os direitos humanos, defender as causas da mulher, proteger o meio ambiente e preservar a saúde pública.

Múltiplos agentes relevantes têm acesso aos planejadores de políticas no extraordinariamente difuso e permeável processo das políticas norte-americanas. Isto faz com que as políticas para questões que não implicam em ameaças centrais e iminentes à segurança sejam relativamente fáceis de influenciar, mas muito difíceis de coordenar ou controlar, mesmo quando tentativas determinadas de fazê-lo acontecem – o que não é muito freqüente e não será, devido ao número de outras questões e relações com que os funcionários norte-americanos têm de lidar.

A relativa importância, para as relações entre EUA e América Latina, de agentes privados cresceu enormemente nos últimos anos, enquanto a influência do governo federal em diversas questões diminuiu. Na América Latina hoje, Microsoft e Walmart são, na prática, muito mais importantes do que os Fuzileiros Navais. A CNN tem uma influência muito maior do que a *Voz da América*. Exceto pelo Caribe, América Central e Peru, a AID talvez hoje seja menos significativa do que a seguradora AIG. Ações da Human Rights Watch, em algumas circunstâncias, geram mais conseqüências do que as do Pentágono, embora o Pentágono certamente tenha voltado a ser bastante relevante desde 11 de setembro de 2001. Moody's, a agência de classificação de bônus, costuma, sem dúvida, ter mais impacto na América Latina do que a CIA e tanto o Fórum Econômico Mundial, em Davos, como o Fórum Social Mundial são, de algumas maneiras, mais importantes hoje do que a Organização dos Estados Americanos. O impacto da sociedade norte-americana nos países da América Latina e do Caribe é, assim, imenso, mas difícil de controlar ou direcionar por meio de políticas governamentais.

A relativa influência, para as relações inter-americanas, de diferentes partes do aparato governamental norte-americano também mudou muito com o tempo. O Departamento de Estado, o Pentágono e a CIA não são mais as principais agências governamentais norte-americanas relevantes para a maior parte da América Latina e do Caribe, como o foram dos anos 40 aos 80. Para muitos países específicos na América Latina hoje, o secretário do Tesouro, o Chefe do Federal Reserve (o banco central norte-americano) e o Representante Comercial do presidente são mais importantes do que o Secretário de Estado. Os governadores da Califórnia, Texas e Flórida são tão importantes para algumas questões e países quanto muitos funcionários de Washington, o que fica evidenciado nas políticas de imigração. As cabeças do Departamento de Segurança Interna e da DEA, a agência anti-drogas, funcionários do Departamento de Agricultura e membros do Judiciário federal freqüentemente têm muito mais impacto do que o Secretário de Estado Adjunto para Assuntos Interamericanos.

Para a maior parte dos países latino-americanos, o Congresso norte-americano é freqüentemente mais relevante na maioria das questões do que o Poder Executivo, e é muito mais aberto a diversos impulsos da sociedade e imperativos políticos. Para um país latino-americano, conseguir resultados sempre

favoráveis a partir do processo de políticas dos EUA é, portanto, um desafio contínuo, que requer vigilância constante¹⁶. Esforços para entender, prever e reagir a políticas norte-americanas só conseguirão ter sucesso se baseadas em desagregação bem-pensada, não em afirmativas generalizantes¹⁷.

A saliência das diferenças regionais

É aconselhável desagregar também no sentido geográfico: enfatizar o quanto a dinâmica dos Estados Unidos deriva das relações entre suas principais regiões: o nordeste, o sul, a costa do Pacífico, os estados das montanhas e planícies e o meio-oeste¹⁸.

A batalha entre republicanos conservadores e os democratas liberais pelo controle da Presidência, do Senado e do Congresso é moldada por correntes opostas nas cinco principais regiões geográficas¹⁹. Os democratas agora têm amplo controle do nordeste e da costa do Pacífico; os republicanos dominam o sul e, de maneira menos consolidada, os estados das montanhas/planícies; enquanto que o meio-oeste é uma região oscilante. Os dois partidos principais estão mais polarizados do que nunca, já que tanto democratas conservadores como republicanos liberais-moderados diminuíram em quantidade e influência.

Os republicanos têm vantagem entre eleitores brancos, cuja porcentagem do eleitorado tem diminuído continuamente, enquanto que os democratas têm preferência entre grupos étnicos “minoritários”, cuja participação cresce rapidamente; estas diferenças se ampliam de acordo com a distribuição demográfica regional. A luta pela dominação política no Arizona, Novo México, Nevada e Colorado – estados das montanhas/planícies atualmente muito disputados – reflete claramente a crescente presença e o voto dos latinos. A forte dependência que os republicanos têm dos protestantes brancos evangélicos para manter seu controle no sul tem minado seu apelo em outras regiões. A feroz batalha interna dentro do Partido Republicano no que diz respeito a políticas de imigração precisa ser entendida nesse contexto político regional²⁰.

Ligada a esses pontos, a imigração dentro dos Estados Unidos junto com a imigração internacional tem mudado continuamente a demografia e,

¹⁶ Um estudo de caso para ilustrar esse argumento seria a dificuldade que a Colômbia tem tido, em 2007, para manter o apoio norte-americano ao Plano Colômbia e em conseguir um acordo de livre comércio com os Estados Unidos, depois de anos de lobby bem-sucedido para conseguir ajuda e prioridade norte-americana.

¹⁷ Paradoxalmente, o país latino-americano mais apto a uma análise desagregadora dos Estados Unidos para fins de planejamento de políticas pode bem ser Cuba. As compras agrícolas de Cuba nos Estados Unidos, por exemplo, têm muito mais a ver com distritos congressionais e alianças políticas do que com fatores de mercado. Devo este argumento a uma observação feita por um bem-informado alto funcionário do governo dos EUA.

¹⁸ Para uma bem-argumentada tese de que as diferenças regionais sempre foram importantes para moldar o papel mundial da América, ver TRUBOWITZ, P. *Defining the National Interest: Conflict and Change in American Foreign Policy*. Chicago, IL: University of Chicago Press, 1998.

¹⁹ Os parágrafos seguintes se baseiam substancialmente em BLACK, E.; BLACK, M. *Divided America: The Ferocious Power Struggle in American Politics*. New York: Simon and Schuster, 2007.

²⁰ Ver EGAN, T. Republicans Losing the West. *New York Times*, 21 jun 2007, A-25. Ver também STEINHAEUER, J. After Immigration Bill's Senate Crash, Republicans May Pay Dearly in Latino Votes. *New York Times*, 1 jul 2007, A-16.

conseqüentemente, o peso eleitoral das regiões²¹. A representação do noroeste no Congresso caiu de 127 para 92 desde 1950 enquanto que a delegação da costa do Pacífico cresceu de 33 para 84. O meio-oeste, enquanto isso, perdeu 32 cadeiras no Congresso (132 para 100), mas tem destaque importante nas eleições nacionais porque permanece sem uma tendência definida.

Os democratas não enfrentam mais o Partido Republicano de Ronald Reagan, que rotineiramente levava o meio-oeste, as montanhas/planícies, a costa do Pacífico e o sul. Para o futuro próximo, os democratas serão competitivos nacionalmente porque eles dominam a costa do Pacífico e o nordeste; porque eles estão alinhados com as tendências demográficas e de atitude nestas regiões (seculares, científicas e tecnológicas, preocupados com a ecologia, e abertos a receber e integrar imigrantes); e porque os valores e demandas das suas bases eleitorais tornam mais difícil a cada ano para o Partido Republicano competir nestas duas regiões importantes, em parte do território das montanhas/planícies e em alguma escala no meio-oeste²².

Por outro lado, as características demográficas das principais áreas metropolitanas da América também têm mudado, com repercussões políticas significativas. Nas megalópoles costeiras – Nova York, Los Angeles, San Francisco, San Diego, Chicago (na costa do Lago Michigan), Miami, Washington e Boston – os números totais das populações permanecem estáticos, mas tem havido um contínuo e substancial êxodo de norte-americanos de nascença, 6% nos últimos seis anos, e um influxo equivalente de imigrantes internacionais. Uma conseqüência disso é a emergência de uma sociedade de dois níveis, com ricos proprietários de casa própria e uma classe trabalhadora, principalmente imigrante, em dificuldades. Um quadro totalmente diferente está surgindo nas “cidades do interior em rápida ascensão” (Las Vegas, o império do interior da Califórnia, Atlanta, Charlotte, Orlando, Tampa, Jacksonville, Dallas, Houston e Phoenix) onde a população se expande rapidamente (18% nos últimos seis anos), graças principalmente ao crescimento natural e à imigração interna de norte-americanos nativos. Nestas cidades, com cada uma ganhando relativa importância em seu respectivo estado, os valores e eleitores republicanos predominam.

A Costa Oeste e a Califórnia Global

Internacionalistas deveriam dar atenção especial à costa oeste dos Estados Unidos: de Seattle a San Diego. A costa oeste é a sede da Microsoft, Amazon.com, Starbucks e da Bill and Melinda Gates Foundation (de longe, hoje a maior fundação dos Estados Unidos), no estado de Washington; Nike, no Oregon; e várias corporações e fundações importantes na Califórnia. A Califórnia é a casa

²¹ Ver BARONE, M. Demography is Destiny: the Realignment of America. *Wall Street Journal*, 8 mai 2007.

²² Sobre esta colocação, ver PHILIPS, K. *American Theocracy: The Perils and Politics of Radical Religion, Oil and Borrowed Money in the 21st Century*. New York: Viking Penguin, 2007, edição “paperback”, p. xxxi-xxxiii e 388-394. De seu antigo livro *The Emerging Republican Majority*, publicado em 1969, descrevendo, mapeando, explicando e ajudando a construir a eminente ascensão da política conservadora, até seus escritos recentes onde argumenta que a coalizão nacional republicana se tornou “um veículo voluntário para religiões radicais, política e interesses energéticos entrincheirados e uma descontrolada permissividade da crescente indústria do débito e do crédito”, Phillips tem sido um analista especialmente astuto das dinâmicas regionais da política norte-americana contemporânea.

da Qualcomm e da Sempra Energy, em San Diego; Hewlett-Packard, Intel, Apple Computer, Cisco Systems, além de todo o Vale do Silício; Chevron-Texaco; a Walt Disney Company; além de toda Hollywood; Amgen e outras importantes empresas de biogenética; a Capital Group, a maior empresa de gerenciamento financeiro do país; as principais companhias de capital de risco – em outras palavras, muitos dos setores mais dinâmicos da economia norte-americana. As fundações Hewlett Packard e Moore estão entre as maiores do país enquanto novas fundações estão brotando a partir de fortunas vindas da tecnologia de ponta.

As universidades da costa oeste – não apenas UC Berkeley, UCLA e Stanford, mas a University of Southern California (USC), UC San Diego, UC Irvine, UC San Francisco, Caltech e a University of Washington – estão no topo da pirâmide, nacional e internacionalmente. Universidades, laboratórios e empresas na costa oeste estão na liderança na pesquisa de células-tronco, neurociência, nanociência e outras áreas de ponta da pesquisa científica e tecnológica. Desde 2004, a Califórnia teve 98 ganhadores do Prêmio Nobel, mais do que qualquer país no mundo, com exceção dos Estados Unidos como um todo. Mais de 25 mil patentes foram concedidas a californianos em 2006, aproximadamente quatro vezes o número concedido a residentes do segundo lugar, o Texas, ou do terceiro, Nova York. A Califórnia é também a base mais forte para o Sierra Club e muitas outras organizações ambientais, além de ser o centro da indústria do entretenimento, projetando idéias de influência norte-americana mundo afora por meio do cinema e da música²³.

Assim como o estado de São Paulo, a Califórnia sozinha tem a dimensão, a abrangência e a sensação de ser uma nação. Sua economia é duas vezes maior que a do Brasil, da Índia, da Coreia do Sul ou do México. O setor agrícola da Califórnia produz 70% mais que o segundo maior estado agrícola e quase tanto quanto os dois seguintes da lista combinados. Em 2006, 89 dos 400 norte-americanos mais ricos moravam na Califórnia; Nova York ficou em segundo com 47. Já em 1982, havia 81 de Nova York e 56 da Califórnia. Nove das 50 maiores fundações filantrópicas do país estão sediadas na Califórnia, incluindo quatro das dez maiores; Nova York, que era o incontestável centro da filantropia há meros 20 anos, tem dez nas 50 primeiras, mas apenas duas nas dez maiores.

A Califórnia é também, de longe, o estado norte-americano com a maior diversidade demográfica. 27% dos residentes da Califórnia hoje nasceram em outros países, 8% a mais do que em 1960. Sete cidades da Califórnia estão entre as dez nos Estados Unidos com a maior porcentagem de residentes nascidos no exterior. Essa imigração maciça não é apenas uma questão de trabalho não-qualificado, que cruzou a fronteira ilegalmente. Uma parcela grande e crescente dos engenheiros, médicos, dentistas, farmacêuticos e enfermeiros da Califórnia nasceu no exterior, assim como muitos cientistas e empreendedores. Apenas a Harvard University tem mais professores estrangeiros do que Berkeley, UCLA e UC San Diego. A USC tem o maior número de estudantes estrangeiros do país. Los Angeles tem o maior número de empresas de propriedade de minorias

²³ Este e outros parágrafos usam como fonte LOWENTHAL, A.F. *Global California: Building Cosmopolitan Capacity for the 21st Century*. Texto em preparação.

nos Estados Unidos e três outros condados da Califórnia estão entre os dez maiores índices; 39% das empresas de tecnologia “start up” da Califórnia foram fundadas ou co-fundadas por imigrantes. Assim como Hollywood nos anos 20 e 30, no Vale do Silício nos últimos 30 anos empreendedores imigrantes tomaram a dianteira, como no caso da Intel, Google e Sun Microsystems.

Toda essa diversidade também tem uma crescente expressão política. O prefeito de Los Angeles é latino, assim como o presidente do Legislativo da Califórnia, que é o terceiro presidente latino em uma década. Como é sabido mundialmente, o governador é um imigrante austríaco. Mas o que não é muito conhecido internacionalmente é que, quando o sr. Schwarzenegger debateu com os outros quatro principais candidatos a governador em rede de TV nacional, três deles também falavam inglês com um sotaque imigrante: dois eram latino-americanos e um era da Grécia.

Internacionalistas ao redor do mundo tendem a conectar com Washington, Nova York e talvez Boston enquanto profissionais e a se familiarizarem com o resto dos Estados Unidos como turistas, na melhor das hipóteses. Esta anormalidade deveria ser corrigida porque a Califórnia e a costa oeste exercem influência crescente no resto dos Estados Unidos e no seu comportamento internacional, em questões que vão da imigração à propriedade intelectual, aquecimento global, saúde pública e relações com o México, China e Índia.

A suposta guinada à direita nos Estados Unidos

Assim como muitos norte-americanos, a partir de dados parciais e análises inadequadas, manifestam preocupação com relação ao que acreditam ser uma onda esquerdista na América Latina, muitos latino-americanos hoje lamentam uma virada à direita nos Estados Unidos e a adoção de políticas imperiais pelos Estados Unidos.

Muitos aspectos da evolução nacional e do comportamento internacional dos Estados Unidos deram credibilidade a essas interpretações. A religiosidade na arena pública se expandiu nos Estados Unidos e a influência dos evangélicos conservadores e fundamentalistas aumentou. Tem havido uma presença crescente na mídia eletrônica de vozes da direita e uma evidente reação pública em algumas regiões contra aborto, casamento homossexual, pesquisa biomédica de células-tronco e até mesmo o ensino da evolução. Os anos recentes têm presenciado o enfraquecimento de muitos programas de bem-estar social; piora da distribuição de renda e políticas tributárias regressivas; sentimento e legislação anti-imigração; adoção de novas leis e decisões judiciais restringindo caras liberdades civis em nome do combate ao terrorismo; e a transformação passo-a-passo da Suprema Corte em um reduto conservador²⁴. A polêmica com relação a essas tendências frequentemente parece polarizar os Estados Unidos, dividindo o país em populações “vermelhas” e “azuis” antagônicas, com os grupos azuis (mais liberais e seculares) na defensiva.

Na área internacional, os Estados Unidos continuaram de fora do Tribunal Penal Internacional e do Protocolo de Kyoto sobre Mudanças Climáticas.

²⁴ Para uma avaliação recente da transformação da Suprema Corte, ver GREENHOUSE, L. In Steps Big and Small, Supreme Court Moved Right. *New York Times*, 1 jul 2007, A-1.

Washington tem ficado cada vez mais isolada nas Nações Unidas. Algumas tropas norte-americanas cometeram atrocidades no Iraque. As autoridades norte-americanas estabeleceram um centro de detenção extra-territorial na Baía de Guantánamo que pode deixar prisioneiros sem as proteções garantidas pela Constituição norte-americana. E, principalmente, Washington ignorou a opinião pública e os procedimentos internacionais tradicionalmente estabelecidos ao levar adiante a guerra preventiva contra o Iraque em 2003. Estas e outras políticas dos EUA em anos recentes contribuíram para níveis inéditos de anti-americanismo em muitos países²⁵.

Estará começando um novo ciclo nos Estados Unidos?

Entretanto, os Estados Unidos podem bem estar entrando agora em um novo ciclo de reformas sociais, econômicas e políticas. O ex-senador e ex-aspirante à presidência Bill Bradley acredita, por exemplo, que a maioria do público norte-americano está pronto para adotar uma “Nova História Americana”, uma narrativa alternativa para confrontar os principais problemas do país através de uma combinação de vigorosos esforços públicos e privados. Bradley argumenta que existem maiorias de centro latentes, prontas para apoiar abordagens moderadas com relação a imigração, políticas tributárias, questões ambientais, direitos da mulher, controle de armas e até a controversa questão do aborto²⁶.

A cientista política Morris Fiorina e outros estudiosos sustentam também que é um equívoco grosseiro retratar o público norte-americano não-ativo politicamente como estando profundamente polarizado ou ainda se movendo expressivamente em direção à direita²⁷. Eles sugerem que a difundida percepção de “guerras culturais” norte-americanas surge a partir do papel de figuras políticas combativas, ativistas de causa única e veículos de mídia que lucram com e encorajam intensas polêmicas.

Na maior parte das questões, as pesquisas de opinião pública e comportamentos eleitorais mostram um alto nível de consenso centrista em muitas questões econômicas, sociais e culturais, contrastando fortemente com a alta polarização entre ativistas partidários, membros do Congresso, especialistas da mídia e oráculos de *think tanks*²⁸. Mesmo em questões polêmicas como as atitudes frente ao homossexualismo, aborto e controle de armas, as divisões na opinião pública estão diminuindo consistentemente com o tempo.

²⁵ Ver Pew Global Attitudes. America's Image Slips, but Allies Share U.S. Concerns over Iran, Hamas. Disponível em: <http://www.pewtrusts.org/pdf/PGA_Report_2006.pdf>, e World View of U.S. Role Goes from Bad to Worse. Disponível em: <www.worldpublicopinion.org>. Ver também SWEIG, J. *Friendly Fire: Losing Friends and Making Enemies in the Anti-American Century*. New York: Public Affairs, 2006; e KOHUT, A.; STOKES, B. *America Against the World*. New York, NY: Times Books, 2006.

²⁶ BRADLEY, B. *The New American Story*. New York, NY: Random House, 2007, p. 317 e em várias partes.

²⁷ FIORINA, M.; ABRAMS, S.J.; POPE, J.C. *Culture War: The Myth of a Polarized America*. NY: Pearson Education, 2nd edition, 2006. Ver também ENRIQUEZ, J. *The Untied States of America: Polarization, Fracturing and Our Future*. New York, NY: Crown, 2005 para uma discussão especialmente estimulante e original das mudanças dos Estados Unidos num mundo globalizado.

²⁸ Para um argumento provocativo de que os *think tanks* dos EUA contribuíram para uma simplificação exagerada dos debates sobre política norte-americana em vez de agirem como corretores necessários de pronunciamentos públicos polarizados, ver HALPER, S.; CLARKE, Jonathan *The Silence of the Rational Center: Why American Foreign Policy is Failing*. New York, NY: Basic Books, 2007.

A marca visível da influência do cristianismo evangélico nas políticas públicas dos EUA pode muito bem ter passado. Muitos norte-americanos reagiram negativamente ao caso Terry Schiavo, quando ativistas cristãos tentaram usar intervenção judicial, e até mesmo o Congresso, para forçar uma paciente com morte cerebral a ser mantida viva artificialmente, contra os desejos de seu marido²⁹. Eleitores em muitas regiões também reagiram contra tentativas fundamentalistas de barrar pesquisas com células-tronco e de proibir o ensino da teoria da evolução nas escolas públicas e/ou de exigir o ensino do “design inteligente” e versões criacionistas.

Pressões religiosas nas políticas públicas norte-americanas atraem, compreensivelmente, atenção e comentário internacional³⁰. O que é menos notado internacionalmente, no geral, é que estas pressões foram, de certa forma, revertidas e até convertidas em vantagem política por candidatos democratas em inúmeros distritos eleitorais bastante disputados nas eleições legislativas de 2006³¹. Quando vistas ao longo de mais tempo, em vez de apenas no instante, a tendência geral da opinião pública norte-americana nos últimos anos tem sido na direção de mais secularismo, multiculturalismo, aceitação do aborto e tolerância a estilos de vida alternativos – mesmo quando o processo político e boa parte da mídia têm destacado a divisão. Um movimento político para reafirmar um consenso nacional em torno de posições moderadas é provável e, em muitos aspectos, já está em curso³².

No âmbito internacional, a predominância de um poder militar, tecnológico econômico e cultural/ideológico unilateral dos EUA foi inegável nos anos 90, logo depois do fim da Guerra Fria. Mas a política externa norte-americana desde setembro de 2001 – geralmente unilateral, disposta ao uso preventivo da força, comprometida com a difusão intervencionista, coercitiva até, da democracia e de outros valores dos EUA, confiante de que as preferências norte-americanas irão triunfar numa disputa mundial entre as forças do bem e do mal – não foi, de forma alguma, necessária ou mesmo um provável corolário do esmagador poder norte-americano, nem ela deve provar duradoura. Pelo contrário, essa abordagem

²⁹ Ver, por exemplo, DIONNE, E.J. *Polarized by God: American Politics and the Religious Divide*. In: NIVOLA, P.S.; BRADY, D. (eds). *Red and Blue Nation: Characteristics and Causes of America's Polarized Politics*. Stanford, CA and Washington DC: Hoover Institution and Brookings Institution Press, 2006. Pesquisas mostraram que de 2/3 a 3/4 dos norte-americanos se opuseram aos esforços do presidente e de alguns congressistas para aprovar legislação que interferia no caso Schiavo. Ver *Poll: Keep Feeding Tube Out: Most Americans Don't Like Congressional Actions in Schiavo Case*. Disponível em: <www.cbsnews.com/stories/2005/03/23/opinion/polls>.

³⁰ Ver, por exemplo, BRAML, J. *The Religious Right in the United States: The Base of the Bush Administration*. Berlin: German Institute for International and Security Affairs, Stiftung Wissenschaft und Politik, SWP Research Paper, set 2004. Cf. HUSSAIN, I.; VALDES-UGALDE, J.L. (eds) *By Other Means for Other Ends: Bush Reelection Reassessed*. Mexico City, Mexico: Centro de Investigaciones sobre America del Norte de la Universidad Autónoma de Mexico, 2005.

³¹ Ver, por exemplo, *Stem Cells Figure Prominently in 2006 Election*. Center for American Progress, Washington DC. Website (8 nov 2006).

³² A ascensão de Barack Obama como candidato competitivo à nomeação presidencial dos Democratas tem se baseado na hipótese de um consenso centrista, assim como a estratégia de campanha principal de Hillary Clinton, a favorita do Partido Democrata. A possibilidade de uma candidatura independente de Michael Bloomberg é baseada, aparentemente, na mesma tese.

política expôs rapidamente os limites da superioridade militar norte-americana e os enormes obstáculos na hora de implementar valores e instituições dos EUA, além de ser consideravelmente minada pelo “soft power” dos Estados Unidos³³.

O domínio da política externa norte-americana durante os primeiros anos do governo George W. Bush por “idealistas” conservadores, ávidos em disseminar os valores norte-americanos através da força, principalmente associados ao vice-presidente Richard Cheney, já terminou³⁴. Internacionalistas experientes da tradição “realista”, incluindo a secretária de Estado Condoleezza Rice, têm tentado trazer as políticas de volta a uma abordagem mais prudente, diplomática e multilateral. Independentemente dos resultados das próximas eleições norte-americanas, é altamente improvável que “idealistas” hegemônicos da linha Cheney-Wolfowitz terão muita influência na política externa dos EUA nos próximos anos.

A questão central para a política externa norte-americana nos próximos anos provavelmente será se políticas internacionalistas moderadas e engajadas irão prevalecer, não contra tendências imperiais, mas, mais do que isso, contra a tentação de setores substanciais da opinião pública norte-americana se refugiarem em posturas neo-isolacionistas, protecionistas e anti-globalização³⁵. Estudos sofisticados de opinião pública dos EUA quanto a assuntos internacionais sugerem que ela tem tido grande continuidade e coerência, tanto na elite como no povo em geral: favorecendo envolvimento multilateral, livre comércio, apoio a instituições internacionais, assistência ao desenvolvimento internacional, respeito pelos direitos humanos e integração dos imigrantes na sociedade norte-americana³⁶. As conexões (e falta delas) entre a opinião pública geral, a opinião da elite e a maneira de pensar daqueles que elaboram as políticas oficiais serão os principais agentes a estabelecer os parâmetros das escolhas da política externa norte-americana. Grande número de norte-americanos está pressionando os Estados Unidos para que tenham um papel mais respeitoso, multilateral, construtivo e pacifista, consistente com as idéias e valores da maior parte de sua população³⁷. O desafio para países em desenvolvimento, na América Latina e

³³ Para uma avaliação sábia da política externa norte-americana, argumentando que o maior problema dos EUA hoje é a distância entre poder e legitimidade, aumentada pela Guerra do Iraque, ver JOFFE, J. *Überpower: The Imperial Temptation of America*. New York: Norton, 2006.

³⁴ Para uma discussão esclarecedora do amálgama instável que produziu a política externa dos EUA durante o primeiro mandato de George W. Bush, ver FUKUYAMA, F. *America at the Crossroads: Democracy, Power and the Neoconservative Legacy*. New Haven: CN, edição “paperback” com novo prefácio do autor, 2007. Ver também MANN, J. *Rise of the Vulcans: The History of Bush’s War Cabinet*. New York, NY: Viking Penguin, 2004.

³⁵ De acordo com uma pesquisa de dezembro de 2006 do jornal da CBS, 52% dos norte-americanos acham que os Estados Unidos “no plano internacional, deveriam cuidar da sua vida”, um número bem maior do que aqueles que pensavam assim no auge da oposição à Guerra do Vietnã. Ver KUPCHAN, C.A.; TRUBOWITZ, P.L. Grand Strategy for a Divided America. *Foreign Affairs*, jul/ago 2007, 71-83, especialmente 80-81. Como argumenta Fukuyama, existe um perigo de que “os Estados Unidos podem mudar de uma política excessivamente militarizada e intervencionista para uma excessivamente passiva e introvertida.” FUKUYAMA, *op. cit.*, xxvi, 181-194.

³⁶ Ver PAGE, B.I.; BOUTON, M.M. *The Foreign Policy Disconnect: What Americans Want from Our Leaders but Don’t Get*. Chicago, IL: University of Chicago Press, 2006. Cf vários estudos de Steven Kull, do Programa de Atitudes Públicas Internacionais da University of Maryland, e do veterano analista e perito em opinião pública Daniel Yankelovich.

³⁷ Ver KULL, S. *Opportunities for Bipartisan Consensus 2007: What Both Republicans and Democrats Want in U.S. Foreign Policy*. Programa de Atitudes Públicas Internacionais da University of Maryland, jan 2007.

em outros lugares, será identificar, entender e construir pontes com as forças importantes dos Estados Unidos que busquem políticas e instituições adequadas para a maioria da população mundial³⁸.

Desafiando estereótipos com relação aos Estados Unidos

Assim como quando se olha para o sul, é importante olhar para o norte para questionar tanto imagens excessivamente positivas quanto desesperançosas dos Estados Unidos de hoje. Muitos latino-americanos hoje, mesmo se talvez menos do que há dez anos, admiram muito os Estados Unidos por sua produtividade e prosperidade; seu ensino, ciência, tecnologia e cultura popular; seu compromisso com igualdade social e direitos humanos e por colocar um fim à discriminação baseada em raça, origem étnica e gênero; e, especialmente, pela força de suas instituições políticas.

O crescimento sustentado da economia dos EUA desde o fim dos anos 30, e particularmente durante o boom do fim dos anos 90, não tem precedentes. Particularmente impressionante tem sido o incrível salto em produtividade desde meados dos anos 90, que pode ser atribuído em grande parte à difusão e uso cada vez mais eficiente da tecnologia da informação³⁹. Mesmo com a entrada na força de trabalho de muitos milhões de mulheres e imigrantes recentes, os Estados Unidos têm conseguido assegurar pleno emprego, em contraste com muitas economias da Europa. Tem havido uma expansão quantitativa e qualitativa do ensino superior norte-americano; liderança inquestionável dos EUA na ciência; e a disseminação quase universal de música, cinema, televisão e literatura norte-americana. Embora muita coisa ainda precise ser feita, os Estados Unidos conseguiram erradicar amplamente o racismo e o sexismo institucional e legal das leis e da vida norte-americana⁴⁰. Mas existem questões problemáticas nos Estados Unidos também. Apesar da prosperidade geral do país, nos últimos cinco anos, por exemplo, a renda média real para afro-americanos, hispano-americanos e outras famílias de renda baixa ou média tem permanecido estagnada ou mesmo em declínio desde 2000, uma reversão dos ganhos feitos durante os anos 90⁴¹. O número de pessoas sem seguro de saúde cresceu para, pelo menos, 47 milhões em 2006, 7 milhões a mais do que 2000⁴².

³⁸ Para um eloqüente apelo pelo retorno de uma política externa norte-americana baseada em valores e idéias norte-americanas permanentes, ver SLAUGHTER, A.-M. *The Idea That is America: Keeping Faith with Our values in a Dangerous World*. New York, NY: Basic Books, 2007.

³⁹ Ver MISHEL, L.; BERNSTEIN, J.; ALLEGRETO, S. *The State of Working America, 2006-2007*. Ithaca, NY e Washington DC: ILR Press and Economic Policy Institute, 2007.

⁴⁰ É digno de nota, por exemplo, que os dois últimos secretários de Estado dos EUA sejam afro-americanos e o candidato favorito para a próxima eleição presidencial norte-americana seja uma mulher. É também impressionante que menos de um terço dos recém-matriculados estudantes nos nove campi da University of California em 2007 são brancos não-hispânicos. Ver GORDON, L. UC's Planned Freshman Enrollment Up Slightly: Latinos and African Americans Post Small Gains Over Last Year. *Los Angeles Times*, 13 jun 2007.

⁴¹ MISHEL, BERNSTEIN e ALLEGRETO, *op.cit.*

⁴² A estatística de 47 milhões vem da última pesquisa populacional do Departamento Censitário dos EUA. Um estudo da Families USA, um escritório de advocacia para pessoas sem seguro, sugere que o número de norte-americanos sem cobertura médica para parte do ano é substancialmente maior. Ver YAGER, J. Study Finds 89.6 million Lacked Health Insurance. *Los Angeles Times*, 21 set 2007.

Norte-americanos de salário baixo e renda média tiveram sua assistência médica, seguro saúde e outros benefícios reduzidos e as regras para sua aposentadoria mudaram, sendo freqüentemente reduzidas e, às vezes, eliminadas. Muitos têm de lidar com custos bem maiores de habitação e educação. Tanto os governos federal como estaduais têm cortado fundos para muitos serviços públicos (bibliotecas públicas, transporte de massa, parques, museus etc.), aumentando o custo para os cidadãos ou tornando esses serviços inacessíveis. Enquanto a infra-estrutura de estradas, pontes, ferrovias e outros serviços tem deteriorado, os Estados Unidos têm investido pesadamente na construção de prisões e a população prisional aumentou seis vezes desde 1972⁴³.

A profunda divisão no Partido Democrata quanto à política comercial e no Partido Republicano quanto à imigração reflete profundamente o mal-estar entre norte-americanos de classe média com relação aos rumos da economia e da sociedade norte-americana. Pela primeira vez na história dos EUA, muitos norte-americanos de classe média não esperam que suas crianças tenham as mesmas oportunidades econômicas que eles tiveram. Além disso, se preocupam com a vulnerabilidade face os efeitos da globalização, imigração e mudanças tecnológicas⁴⁴. Todas estas preocupações são reforçadas pelo abuso disseminado de drogas, especialmente o uso do crack. A síndrome de falta de esperança, falta de moradia, vício em drogas, desemprego, crime, violência de gangues, aprisionamento e reincidência em muitas áreas centrais de cidades norte-americanas tende a piorar⁴⁵.

De fato, os Estados Unidos hoje enfrentam seus próprios problemas de desigualdade, vulnerabilidade, violência e governo. A extensão desses problemas se tornou mais evidente para muitos norte-americanos depois do desastre do furacão Katrina, em Nova Orleans e nas terras baixas da costa do Golfo, particularmente depois da tempestade, quando os esforços de resgate e assistência se concentraram em brancos de classes média e alta, às custas de moradores afro-americanos em dificuldade. Dois anos depois, os pobres em Nova Orleans se encontram à margem das tentativas de recuperação cívica e regional⁴⁶.

A crise das instituições políticas

Muitos colegas latino-americanos admiram os Estados Unidos particularmente por suas instituições políticas. Em muitos casos, eles ficaram profundamente impressionados pelo movimento pacifista pelos direitos civis durante os anos 60, e depois pela resolução constitucional da crise de Watergate,

⁴³ Ver PETTIT, B.; WESTERN, B. Mass Imprisonment and the Life Course: Race and Class Inequality in U.S. Incarceration. *American Sociological Review*, vol. 69, no. 2., abr. 2004, pp. 151-169.

⁴⁴ BLENDON, R.; BENSON, J. How Americans View Their Lives *Challenge*, vol. 50# 3, mai-jun 2007, 5-25.

⁴⁵ Ver ECKHOLM, E. Plight Deepens for Black Men, Studies Warn. *New York Times*, 20 mar 2006. Ver também informativo do National Institute on Drug Abuse, 2003. Disponível em: <<http://www.drugabuse.gov/Infofacts/nationtrends.html>>.

⁴⁶ Sobre o furacão Katrina e suas conseqüências, ver OXFAM AMERICA. *Forgotten Communities, Unmet Promises: An Unfolding Tragedy on the Gulf Coast*. Boston, MA: 2006. Ver também What Went Wrong in Hurricane Crises. *Dateline NBC*, 9 set 2005 e EICHEL, L. What Went Wrong. *Knight Ridder Special Report*, 11 set 2005.

nos anos 70. A partir destas e de outras experiências, incluindo as audiências da comissão seletiva do senado norte-americano para a inteligência, conhecida como comissão Church (foi ela que documentou e coibiu abusos das agências de inteligência norte-americanas), cultivou-se uma profunda simpatia pelo sistema político norte-americano.

Hoje, entretanto, as instituições políticas norte-americanas têm grandes desafios: a enorme apatia pública e falta de participação durante a maior parte dos últimos anos; o efeito perverso de enormes e inéditos gastos de campanha; o impacto da excessiva concentração de propriedade na mídia, combinada com uma segmentação e fragmentação cada vez maior do público; confiança cada vez maior do público em fontes de informação não-editadas e não-mediadas na internet; corrupção corporativa e relações incestuosas entre empresas, lobistas e funcionários públicos; sectarismo inflexível, especialmente no Congresso, com evidente desprezo pelas tradições e regras históricas da Câmara dos Deputados; e aparente interferência com processos tradicionalmente partidários de aplicação da lei⁴⁷.

Reconhecendo o dinamismo dos Estados Unidos

Nada disso, porém, justifica a visão dos Estados Unidos, na moda agora em alguns círculos latino-americanos, como uma sociedade terminalmente corrupta, às portas de uma morte definitiva⁴⁸. Enquanto a maioria das outras potências industriais avançadas enfrenta populações em queda e que envelhecem rapidamente e os grandes problemas demográficos que resultam disso, os Estados Unidos continuam a ter uma população urbana crescente e relativamente jovem. Embora tensões com relação à imigração e à introdução de uma cerca na fronteira compreensivelmente atraiam atenção internacional, a verdadeira grande história nos Estados Unidos hoje é a bem-sucedida integração de milhões de novos imigrantes, muitos da América Latina e da Ásia⁴⁹. Apesar de a qualidade do ensino público norte-americano ter declinado nos últimos anos, esforços para reconstruir e modernizar as escolas da América estão em curso atualmente. O abismo entre a renda e a riqueza dos norte-americanos mais prósperos e a dos menos prósperos aumentou, mas uma reação contrária está ocorrendo contra excessivas indenizações para corporações e ostensivos privilégios fiscais para os muito ricos. Existem também esforços cada vez maiores para dar atenção à pobreza e desenvolver reações eficientes em termos de políticas⁵⁰.

⁴⁷ Ver, por exemplo, MANN, T.E.; ORNSTEIN, N.J. *The Broken Branch: How Congress is Failing America and How to Get it Back on Track*. New York: Oxford University Press.

⁴⁸ Para uma estimulante discussão sobre os paralelos entre a queda de Roma e a deterioração dos Estados Unidos, com sugestões convincentes para reverter o declínio americano, ver MURPHY, C. *Are We Rome? The Fall of an Empire and the Fate of America*. Boston, MA: Houghton Mifflin, 2007.

⁴⁹ Mais imigrantes estrangeiros entraram nos Estados Unidos durante os anos 90 do que em qualquer década anterior na história do país. O processo de sua integração é muito mais rápido e positivo do que na Europa ou em qualquer outro lugar.

⁵⁰ Ver, por exemplo, EDWARDS, J.; CRAIN, M.; KALLEBERG, A.L. (eds). *Ending Poverty in America: How to Restore the American Dream*. New York, NY: The New Press, 2007.

Esforços criativos e vigorosos para restaurar a vitalidade das instituições políticas norte-americanas estão em andamento⁵¹. A participação de eleitores tem, de fato, crescido no começo do século 21 e, depois de um longo declínio, o interesse dos cidadãos em assuntos públicos e internacionais está crescendo⁵². Aparentemente, norte-americanos mais jovens estão prestando atenção especial a assuntos públicos, contrastando com a situação de uma década atrás, e estão mais inclinados do que o grande público a preferir um sistema de saúde universal e controlado pelo governo, políticas que acolham imigrantes e a legalização do casamento gay⁵³.

O papel mundial da América e suas relações com a América Latina tendem a ser significativamente afetados pelo sucesso ou fracasso desses esforços de revitalização das instituições políticas norte-americanas. Assim como os norte-americanos fariam bem em não subestimar o potencial latino-americano para desenvolvimento, os latino-americanos fariam bem em não subestimar a capacidade dos Estados Unidos de se renovar criativamente.

⁵¹ Ver, por exemplo, O'LEARY, K. *Saving Democracy: A Plan for Real Representation in America*. Stanford, CA: Stanford University Press, 2006. Esforços comparáveis para revigorar o capitalismo de mercado e ajudar as corporações a se recuperarem do clima de corrupção e falta de confiança podem ser encontrados em YANKELOVICH, D. *Profit with Honor: The New State of Market Capitalism*. New Haven, CN: Yale University Press, 2006.

⁵² Ver, por exemplo, McDONALD, M.P. Up Up and Away! Voter Participation in the 2004 Presidential Election. *The Forum*, Vol. 2: Iss. 4, Article 4.

⁵³ Ver NAGOURNEY, A.; THEE, M. Young Americans are Leaning Left, New Poll Finds. *New York Times*, 27 jun 2007, A-1.

Relações EUA-América Latina: alguém se importa?

*Peter Hakim**

O Centro de Estudos Americanos é uma iniciativa criativa e importante. Minhas expectativas de que o novo Centro irá contribuir significativamente para a qualidade das relações Brasil-EUA e para a política externa do Brasil em geral são grandes. Também estou convencido de que o Centro poderá prestar uma valiosa contribuição para a política externa norte-americana com relação ao Brasil. Para funcionários do governo e analistas norte-americanos, ele também será uma maneira de enxergar o que os brasileiros pensam sobre a política e as ações oficiais dos EUA. E os norte-americanos certamente irão aprender bastante sobre si mesmos ao serem estudados do exterior.

O Centro está sendo fundado em uma época especialmente boa. As relações entre os EUA e a América Latina estão desgastadas e podem piorar. Existem motivos para otimismo quanto à evolução do relacionamento entre Brasil e Estados Unidos, particularmente depois da troca de visitas entre os presidentes Bush e Lula esse ano. Ainda assim, os dois países discordam em muitas áreas e tensões surgiram em relação a algumas questões cruciais – com maior destaque na agenda comercial. Brasil e EUA recentemente bateram de frente na rodada Doha de conversações de comércio globais e culpam um ao outro pelo fracasso no avanço das negociações. Os dois lados têm sua parcela de razão.

O que está em jogo é mais do que os laços entre Brasil e Estados Unidos. As relações inter-americanas hoje são cada vez mais influenciadas por Brasil e EUA. Quando os dois países encontram base para cooperação em alguma questão, a maior parte das outras nações das Américas segue atrás. Quando não entram em acordo, o hemisfério invariavelmente se divide. As boas relações com o Brasil são vitais para sustentar a instável credibilidade dos EUA na região – e elas ajudam o Brasil a perseguir suas aspirações internacionais e regionais. Como efeito colateral, elas também ajudam a compensar a influência de Hugo Chávez e manter sua campanha anti-americana sob vigilância.

Ao contribuir para um melhor entendimento de atitudes, instituições, políticas e pessoas que estão por trás da elaboração de diretrizes oficiais dos EUA, o trabalho do Centro irá enriquecer os debates brasileiros quanto a questões e escolhas de políticas que o país enfrenta quando lida com Washington. E isso deverá levar a decisões melhores, que servirão com mais eficácia aos interesses

* **Peter Hakim** é presidente do Inter-American Dialogue, instituto de pesquisas políticas e assuntos ocidentais baseado em Washington.

e valores do Brasil. Ele pode também mudar a perspectiva que Brasília traz para suas relações com Washington – talvez facilitando a cooperação e tornando-a mais produtiva.

A criação do Centro reconhece a importância dos Estados Unidos para o Brasil e para o resto da América Latina, além de expressar a expectativa de que Washington irá cumprir um papel vital e sustentado na região no futuro. A primeira parte deste ensaio irá discutir por que uma relação construtiva com os Estados Unidos é crítica para a região. A segunda parte irá examinar um tema que deverá ser importante na agenda do Centro: como entender as várias influências cruzadas que moldam e restringem a política externa norte-americana e seus efeitos na hora de tomar decisões em questões do hemisfério.

A importância dos EUA para a América Latina

No ano passado, escrevi um artigo chamado *Estará Washington perdendo a América Latina?*. O tema do artigo era a deterioração acentuada das relações dos EUA com a América Latina nos últimos anos. Uma explicação para essa deterioração era de que a maioria dos governos latino-americanos sentia, justificadamente, que os EUA tinham se tornado, em grande parte, indiferentes aos acontecimentos da região e que suas políticas, no geral, não estavam alinhadas com os interesses e preferências da região. Igualmente importante era o fato de que a maioria dos latino-americanos estava insatisfeita com as políticas globais dos EUA, particularmente sua condução da guerra no Iraque e seu desprezo às instituições e iniciativas internacionais.

O artigo ressaltou ainda que a culpa não era apenas dos EUA. Havia também uma hesitação nas lideranças da América Latina. Governos estavam falhando em levar adiante as reformas políticas e econômicas necessárias para a construção de economias nacionais fortes e explorar por completo as oportunidades oferecidas pelas economias norte-americana e global. Também estavam negligenciando as profundas desigualdades econômicas e tensões sociais da região, que resultaram na polarização e em uma situação política instável em muitos lugares. Com mais frequência do que o desejado, governos latino-americanos cooperavam de má vontade com os Estados Unidos ou uns com os outros. E vários líderes da região estavam usando retórica populista e anti-americana para conquistar adesões e votos.

Hoje, me preocupo que a América Latina possa estar perdendo Washington. O que quero dizer, simplesmente, é que boa parte da América Latina hoje não está buscando políticas que levarão a uma cooperação maior com os Estados Unidos ou que permitirão a nações da região aproveitar bem os enormes recursos econômicos e políticos dos Estados Unidos.

Existem amplos motivos pelos quais as nações latino-americanas estão frustradas e decepcionadas com os Estados Unidos. Nos últimos anos, Washington não tem sido um bom parceiro. Em grande parte, os EUA voltaram suas atenções e recursos para o Oriente Médio e se tornaram cada vez mais indiferentes às

mudanças na região. E quando Washington se envolveu, foi freqüentemente de maneira arrogante, pressionando governos latino-americanos a seguir caminhos políticos que eles consideraram inadequados, ofensivos ou simplesmente errados.

Ainda assim, os EUA têm uma economia gigante de US\$ 14 trilhões, aproximadamente seis vezes maior que a da América Latina. O país representa um enorme mercado para exportações latino-americanas – como também para exportações da China, Japão, Coréia e da União Européia. Os EUA são hoje o primeiro ou segundo maior parceiro comercial para quase todo país latino-americano. Eles são também uma fonte imensa (e praticamente ilimitada) de capital de investimento, de que todo país da região precisa para crescer e enfrentar suas necessidades sociais. E é por meio de investimentos que a América Latina também consegue acesso a novos desenvolvimentos tecnológicos. Este ano, imigrantes latino-americanos nos EUA irão enviar mais de US\$ 60 bilhões às suas famílias na região.

A maioria dos países reconhece a importância de fortes laços comerciais e outras ligações econômicas com os EUA. A maioria dos 19 países da América Latina assinou pactos bilaterais de livre comércio com Washington, embora alguns deles ainda aguardem aprovação do Congresso norte-americano. Mesmo aqueles governos que rejeitam negociações de livre comércio com os EUA (Bolívia e Equador, por exemplo) pressionaram Washington duramente por privilégios comerciais que mantivessem baixas as tarifas norte-americanas. O mais duro crítico dos acordos comerciais EUA-América Latina, a Venezuela, manda a maior parte do seu petróleo para os EUA sem tarifas.

Os EUA, entretanto, não são apenas um enorme mercado e uma reserva de capital para a América Latina. Para o bem ou para o mal, os EUA continuam a desempenhar um importante papel político por toda a região. Nenhum país tem feito mais para ajudar a Colômbia na sua batalha pela sobrevivência contra o tráfico ilegal de drogas e a violência da guerrilha. No ano passado, Washington ajudou a impedir a remoção constitucionalmente suspeita do presidente Bolaños, da Nicarágua. Os EUA também intervieram, de maneira atrapalhada (e mal-sucedida), na tentativa de prevenir a reeleição de seu velho inimigo, o presidente Daniel Ortega. E os Estados Unidos têm enorme influência em cada uma das instituições financeiras internacionais. Os EUA têm claramente um histórico bastante diverso na América Latina quanto a esses aspectos históricos. Muitos observadores sugeririam que os EUA, ao menos para alguns países, podem ter sido mais um problema do que um benefício. Mas é também evidente que os EUA têm influência considerável em muitos níveis.

A América Latina está certamente em melhor posição para tirar vantagem da economia norte-americana do que qualquer outra região no mundo. Primeiramente, a América Latina está na vizinhança dos Estados Unidos – o único lugar onde os EUA são um membro permanente de organizações regionais, onde o presidente norte-americano participa ativamente em reuniões de cúpula periódicas com todos os outros chefes de Estado e onde os EUA buscaram

negociar um acordo regional de livre comércio. A América Latina e o Caribe são os dois únicos lugares onde Washington pode ter uma política de “boa vizinhança”.

Além disso, a América Latina é, junto com a Europa, a região que mais compartilha valores políticos e posturas de política econômica com os EUA. A democracia na região provou ser surpreendentemente robusta. Cada uma das 16 eleições presidenciais recentes da América Latina foi julgada livre e justa por observadores internacionais. Apenas em um país, o México, o perdedor contestou o resultado. Todas as eleições foram competitivas e o comparecimento às urnas foi alto em toda parte. Temores de que uma inclinação “esquerdista” na América Latina estava para derrubar o progresso democrático e prejudicar a boa política econômica provaram ser infundados. A “esquerda” claramente ganhou mais do que sua parte nas eleições, mas poucas nações na região mudaram seu curso político e econômico radicalmente.

Governos latino-americanos adotaram quase que universalmente reformas econômicas de mercado. Os negócios da região estão quase todos em mãos privadas, o comércio e o investimento externo estão crescendo e os orçamentos estão equilibrados. É verdade que a velocidade das reformas diminuiu, mas não houve nenhum retorno integral ao controle do Estado ou ao populismo. Muitos governos ralham em público contra as políticas do Consenso de Washington promovidas pelo Banco Mundial e pelo FMI, mas quase todos as seguem na prática.

Apesar de sua proximidade geográfica e de seus laços históricos com os EUA e de sua convergência com os EUA em políticas econômicas e valores políticos importantes, a América Latina mal está conseguindo acompanhar outras regiões do mundo no que diz respeito à qualidade e à intensidade de suas relações com os EUA. Há um quarto de século, em 1981, 18% do comércio internacional norte-americano era com países latino-americanos; hoje, ele está em 19%, mas a maior parte (11,5%) com o México. Aproximadamente 1/6 do investimento externo dos EUA vai para a América Latina – um número que permaneceu praticamente o mesmo desde 1990. Estudantes asiáticos estão matriculados em universidades dos EUA em número muito maior do que aqueles da América Latina. Este ano, quase 60% dos estudantes internacionais matriculados em universidades dos EUA vêm da Ásia, comparados com apenas 6% da América Latina. E o número total de estudantes latino-americanos praticamente não mudou desde o início dos anos 90. Os países da América Latina simplesmente não estão aproveitando muito seu enorme acesso aos EUA. Eles estão subutilizando um bem potencialmente enorme.

O fracasso no avanço da cooperação econômica

O colapso das negociações para um acordo de livre comércio para todo o hemisfério, um fracasso tanto da América Latina quanto dos EUA, foi um retrocesso significativo para a cooperação econômica regional. Em 1991, quase

todo governo latino-americano acolheu a proposta do primeiro presidente George Bush de trabalhar com os governos da região no estabelecimento de uma zona livre de comércio que ia do Canadá à Argentina. Na primeira Cúpula das Américas, em Miami, em 1994, todas as 34 nações participantes do hemisfério concordaram em começar a negociar o Acordo de Livre Comércio das Américas (Alca) e a concluir o tratado em 2005. Eles reafirmaram esse prazo em três encontros de cúpula sucessivos, em Santiago, Quebec City e Monterrey. Mas, em 2002, as negociações haviam estagnado e, no ano seguinte, elas se dissolveram completamente. Na quinta cúpula, na Argentina, os chefes de Estado reunidos fracassaram até mesmo em acordar uma data para recomençar as conversas. Apenas cinco dos 34 países reunidos se opuseram à reabertura das negociações (Brasil, os outros três países do Mercosul e a Venezuela), mas isso foi o suficiente para encerrar as discussões. De fato, a oposição do Brasil sozinha teria sido suficiente para atrapalhar as negociações.

A paralisação das negociações da Alca refletiu de forma fundamental os desentendimentos entre o Brasil e os EUA com relação a assuntos de comércio. Um ex-negociador comercial mexicano argumentou convincentemente que os EUA e o México, antes de se chegar a um entendimento sobre o Acordo de Livre Comércio da América do Norte (Nafta), estavam em maior desacordo do que Brasil e EUA hoje. Porém, México e EUA conseguiram chegar a um acordo porque estavam determinados a superar suas diferenças e a fazer as concessões necessárias para que o tratado do Nafta fosse concluído. Nem os EUA nem o Brasil tiveram a mesma dedicação com relação ao pacto comercial hemisférico.

O impasse quanto à Alca enfatiza a importância central do Brasil nos assuntos do hemisfério. De fato, as relações inter-americanas hoje giram principalmente em torno do Brasil e dos EUA. Quando os dois países encontram motivo para cooperação (como aconteceu, por exemplo, no caso do Haiti), outros países se interessam em participar. Quando não conseguem, a cooperação hemisférica fica difícil de obter (e a baixa prioridade que o Brasil dá hoje à maioria das iniciativas hemisféricas é um motivo importante para o enfraquecimento das iniciativas regionais nas Américas). Tanto os EUA como o Brasil são responsáveis pelo fracasso na conclusão da Alca, o que prejudica os interesses das duas nações e os interesses da maioria dos outros países do hemisfério.

É difícil entender por que o Brasil se opõe a continuar negociando. É claro, o país não tem certeza se mais conversas iriam ter resultado – se os EUA ou o Brasil estariam preparados para oferecer as condições necessárias para um tratado. Mas sem as negociações, não existe nenhuma chance de um acordo benéfico ser alcançado.

Uma nova estratégia comercial para os EUA

Depois da interrupção das conversas da Alca, os EUA foram atrás de uma nova estratégia: a negociação de tratados bilaterais com o maior número possível de países da região. Até agora os EUA alcançaram acordos com onze países

(incluindo o México) embora quatro desses acordos ainda precisem ser ratificados, três pelo Congresso norte-americano e um pelo Legislativo da Costa Rica. Estes pactos bilaterais, ao assegurar acesso contínuo à economia norte-americana e fortalecer normas de comércio e investimento, trazem benefícios reais e substanciais aos países que os assinam. Mas eles não são nem de perto tão valiosos para os EUA ou para os países da América Latina quanto uma Alca compreensiva, que juntaria todas as economias do hemisfério numa relação única e inclusiva. Além disso, governos latino-americanos estão em grande desvantagem quando negociam tratados bilaterais com os EUA. Devido ao fato de que Washington tem sido tão inflexível e pouco generoso nos termos que está disposto a oferecer, mesmo o mais convicto dos defensores desses tratados não está satisfeito com seu conteúdo. Acordos de livre comércio com os EUA trazem importantes benefícios para os países que os assinam, mas estão longe do ideal.

A Alca perdeu credibilidade, mas existem outras abordagens para se chegar à cooperação econômica e ao livre comércio regional que deveriam ser exploradas. Todos os países das Américas podem se beneficiar com o reinício das conversas sobre comércio hemisférico, e o custo de negociações ininterruptas é baixo. Se o Brasil estiver disposto a assumir a liderança, isso poderia ser conseguido em tempo relativamente curto (vale lembrar que o presidente dos EUA pode não conseguir do Congresso autoridade total para negociar nos próximos anos, mas conversas da Alca foram conduzidas pelos muitos anos em que o presidente Clinton também não gozava de tal autoridade).

Além de seu impacto comercial, um acordo comercial hemisférico levaria inevitavelmente à expansão dos fluxos de investimento dos EUA e de outras nações industrializadas para a América Latina. É isto que tem ocorrido depois da aprovação de acordos bilaterais. Mas, com ou sem acordos de livre comércio, existe muita coisa que os países da América Latina podem e deveriam fazer para aumentar o investimento norte-americano.

De acordo com o FMI e outras instituições financeiras internacionais, a América Latina está em passo lento comparado com outras regiões em desenvolvimento na hora de conseguir investimento internacional. A região precisa desesperadamente desse investimento para sustentar sua expansão econômica e elevar a renda no longo prazo. O que as nações latino-americanas precisam conseguir é simples, embora politicamente espinhoso. Elas podem aumentar muito sua atratividade para os investidores – como o fizeram muitos países da Ásia e da Europa Central – buscando reformas que aumentem a produtividade em áreas cruciais como impostos, trabalho e aposentadoria; melhorando e expandindo sua infra-estrutura fisicamente deteriorada; e fortalecendo suas agências reguladoras. Investidores também devem responder positivamente a melhorias na qualidade das escolas e universidades; políticas melhores para a expansão e segurança do fornecimento de energia; e mais diminuição de barreiras comerciais. Resumindo, os governos latino-americanos precisam melhorar o

clima para negócios nos seus países para atrair mais investimento dos EUA e de outras partes. Se não o fizerem, corporações e bancos irão achar outros destinos para seu capital e a região deixará passar oportunidades de crescimento.

Muitos países poderiam rapidamente criar novos fluxos de investimento. O México fornece um exemplo poderoso. Apesar de haver fortes razões políticas e históricas para o México excluir o investimento estrangeiro do seu setor petrolífero, os efeitos são danosos ao futuro da sua indústria petrolífera e ao desenvolvimento do país no longo prazo. O México poderia facilmente atrair enormes investimentos para ajudar a explorar seus recursos energéticos; existem muitos investidores dispostos. Se o país não conseguir fazer isto, pode acabar exaurindo desnecessariamente seu principal produto de exportação. Na Argentina, o controle de preços tem mantido investidores estrangeiros fora do setor energético, enquanto decisões de nacionalizar instalações de petróleo e gás na Venezuela e na Bolívia têm diminuído muito as chances de novos investimentos.

A melhor maneira de a América Latina expandir suas capacidades científicas e tecnológicas atrasadas seria aumentar o investimento estrangeiro de forma geral, em indústrias de alta tecnologia, assim como em agricultura comercial e serviços. Além disso, conforme fizeram a China e a Índia, a América Latina poderia aproveitar muito mais os imensos recursos científicos e educacionais dos EUA – unindo-se a empresas, universidades e programas de pós-graduação norte-americanos em esforços de pesquisa e desenvolvimento; mandando números bem maiores de seus estudantes para universidades e programas de pós-graduação dos EUA.

Fazendo melhor uso de instituições regionais e oportunidades de cooperação

As instituições regionais que congregam os EUA, Canadá e as nações da América Latina e do Caribe – incluindo, entre as mais importantes, os frequentes encontros de cúpula, a Organização dos Estados Americanos e o Banco de Desenvolvimento Inter-Americano – não têm sido usadas de maneira construtiva por seus membros, sejam os Estados Unidos, seja a América Latina. Todas essas instituições deveriam ser centros para resolver divergências entre os países e confrontar problemas em comum. Às vezes, elas têm servido a estes propósitos, mas hoje, frequentemente, as instituições regionais são lugares onde conflitos e divergências são encenados em vez de resolvidos. Suas atividades do dia-a-dia refletem o atribulado estado dos assuntos hemisféricos; elas têm tido pouco êxito na redução de tensões ou na melhoria de laços regionais. Por exemplo, a OEA e outras instituições regionais chegaram a oferecer suporte técnico à Alca durante as negociações. Agora, com as negociações empacadas, as equipes de especialistas que se formaram estão basicamente sem ocupação, algo que não interessa a ninguém.

Em vez de usar instituições regionais para lidar com desentendimentos em relação ao comércio e outras questões, os governos frequentemente excluem

temas problemáticos das discussões ou debates. No último encontro de cúpula na Argentina, a questão comercial foi omitida da agenda. O Documento Democrático Inter-Americano, assinado por todo governo eleito no hemisfério em 2001, raramente tem sido usado para prevenir ou reparar brechas constitucionais.

Mas os latino-americanos não encerraram toda e qualquer cooperação com Washington. Depois da retirada do poder do presidente Aristide, em 2004, o Brasil e outros países da América do Sul responderam aos apelos dos EUA e assumiram a responsabilidade pelas atividades de manutenção da paz no Haiti. Isto foi muito bem recebido pelos EUA e contribuiu para a atual qualidade das relações entre Brasil e Estados Unidos. Reconhecendo o crescente dano do tráfico de drogas em suas próprias sociedades, os governos latino-americanos reforçaram sua cooperação com os EUA na batalha contra as drogas ilícitas, ainda que a maioria considere a abordagem norte-americana muito severa e de pouca ajuda às suas preocupações. Ainda assim, tem havido uma queda acentuada nos conflitos da região com os Estados Unidos em questões relacionadas às drogas.

A cooperação em outras questões poderia ser útil tanto a interesses dos EUA como da América Latina. Hoje, nos Estados Unidos, a imigração (particularmente de países latino-americanos) se tornou uma questão central da política interna. Funcionários do governo e membros do Congresso alegam que nenhuma outra questão incita mais emoção na política. Mas a política de imigração também afeta muito as atitudes com relação aos EUA por toda a América Latina e é o assunto mais importante influenciando as relações dos EUA com o México, a América Central e o Caribe. A questão da imigração tem sido mal gerenciada pelos EUA, prejudicando a economia norte-americana e as relações do país com muitos países latino-americanos, além de aumentar o sofrimento pessoal enfrentado por imigrantes, legais e ilegais. Atualmente parece ser impossível elaborar um pacote de políticas de imigração que, de um lado, poderá conseguir aprovação tanto do público norte-americano quanto do Congresso e, do outro, ser visto como pelo menos minimamente tolerável na América Latina.

Embora sensíveis politicamente, o México e a América Central poderiam contribuir para uma abordagem norte-americana mais construtiva em relação a questões de imigração se eles demonstrassem uma disposição de trabalhar com os EUA no sentido de assegurar um fluxo migratório mais ordenado. Isto não significa que tropas mexicanas teriam de patrulhar a fronteira. Em vez disso, o governo mexicano, por meio de uma combinação de desenvolvimento centrado no emprego, combate à pobreza e programas educacionais, especialmente direcionados às áreas onde há alta migração para os EUA, talvez consiga reduzir os incentivos à imigração. O México poderia também ajudar na organização e monitoramento de programas de trabalho temporário que poderiam reduzir as chances de exploração no trabalho e identificar mecanismos que garantam que

participantes voltem para casa. Isto ajudaria a reduzir as tensões EUA-América Latina quanto à imigração e poderia levar a políticas norte-americanas mais alinhadas com os interesses e preferências da região.

A maioria dos países latino-americanos tem uma mistura de razões ideológicas e práticas para manter sua independência dos EUA. E a evolução de assuntos e desdobramentos globais na região facilitou um posicionamento independente. Seja onde for, poucas pessoas sugeririam a volta da hegemonia norte-americana na região. Ninguém propõe que as nações latino-americanas devam tolerar uma condição de segunda classe com relação aos EUA e aceitar a liderança e direção norte-americanas em troca de vantagens econômicas ou da boa vontade de Washington. Os horizontes políticos e oportunidades econômicas da América Latina se expandiram – enquanto a capacidade de Washington de moldar os eventos na região diminuiu.

Mas, quaisquer que sejam as várias pressões por maior independência, os EUA ainda são um bem valioso e potencialmente vital para a América Latina, que pode contribuir de muitas maneiras para o desenvolvimento da região. Se a América Latina puder aproveitar isso, os países da região acabarão mais fortes e mais prósperos – e mais capazes de afirmar com mais ênfase sua independência e buscar cada vez mais políticas externas diversas.

O que motiva a política externa dos EUA?

O trabalho do novo Centro de Estudos Americanos deve melhorar a capacidade do Brasil de fazer escolhas inteligentes para suas políticas e ações com relação aos EUA, e tirar vantagens mais produtivas dos seus laços com os Estados Unidos. Um objetivo fundamental do Centro deverá ser a formação de um entendimento melhor e mais completo dos elementos que moldam a política externa dos EUA.

Funcionários públicos e analistas latino-americanos (além daqueles de outras partes do mundo também) costumam cometer dois erros fundamentais quando procuram entender ou influenciar a política externa dos EUA. Primeiramente, partem da suposição de que as decisões da política norte-americana podem ser explicadas apenas pelos interesses norte-americanos em jogo. Os interesses são um importante fator motivacional, mas eles competem com uma série de outras motivações, incluindo idéias e valores, instituições e liderança individual (pensemos nestes como os quatro “Is” da política externa norte-americana: interesses, idéias, instituições e indivíduos).

O segundo erro é a suposição de que o governo dos EUA opera como uma instituição, corporação ou indivíduo que tem um conjunto unificado e relativamente claro de interesses, valores e objetivos. Simplesmente não é o caso. As decisões de Washington resultam de um cruzamento de pressões e influências de muitas organizações e indivíduos diferentes, todos perseguindo seus próprios

objetivos. As políticas emergem não a partir de um cálculo estéril sobre quais interesses dos EUA estão em jogo e qual a melhor maneira de favorecê-los, mas mais das contínuas lutas entre grupos com objetivos e visões muito diferentes.

Idéias e valores. Como em qualquer outro país, idéias e valores têm um papel fundamental nas decisões tomadas por Washington. Idéias e valores são uma maneira resumida de descrever coisas como o que os cidadãos e líderes dos EUA pensam sobre o seu próprio país: que tipo de país ele é e que tipo deveria ser, qual deveria ser seu papel e lugar no mundo, como ele deveria exercer esse papel e como ele enxerga o resto do mundo. Está claro que não existe apenas um conjunto de idéias e valores defendido por todos ou mesmo pela maioria dos norte-americanos. Em vez disso, os cidadãos norte-americanos, assim como aqueles da maioria dos outros países, têm idéias diversas, conflitantes até, e valores contrastantes. E as idéias nem sempre são coerentes.

Existe, entretanto, um conceito que é compartilhado de maneira geral e que tem grande influência na maneira de se pensar a política externa nos EUA. A grande maioria dos norte-americanos acredita que seu país é especial, excepcional – que ele é generoso, justo e bem-intencionado. A maioria dos norte-americanos contrasta isso com o resto do mundo, no qual eles pouco confiam e enxergam como guiado por interesses materiais próprios. Mesmo quando as políticas dos EUA são amplamente desaprovadas e criticadas, como no caso do Iraque hoje, os norte-americanos acreditam que Washington agiu de boa fé e com boas intenções. Ronald Reagan se referia aos EUA como “a cidade no morro”. A secretária de Estado Madeleine Albright, que trabalhou no governo Bill Clinton, chamava os EUA de “nação indispensável”. O povo norte-americano não quer apenas que sua política externa tenha um senso de moralidade. Eles geralmente acreditam que a moralidade é o principal motor da política. O excepcionalismo dos EUA conduz facilmente ao auto-engano e à racionalização.

Com essa visão como principal, não surpreende que estrangeiros costumem considerar os EUA arrogantes ou metidos a donos da verdade. A idéia de que os EUA são um país especial com padrões éticos particularmente altos explica por que os norte-americanos seguem convencidos de que as ações de seu país são apropriadas e justificadas, mesmo quando encontram oposição de muitos outros países. Ela também confere a Washington a permissão para agir unilateralmente e usar a força, enquanto torna difícil para o governo norte-americano admitir que estava errado, pedir desculpas ou mudar de tática. E, às vezes, faz os EUA parecerem hipócritas quando falham em seguir os padrões que exigem de outros países.

Entretanto, é verdade também que os EUA, parcialmente porque se vêem como uma nação justa, dão atenção especial aos valores embutidos na elaboração e implementação de suas políticas, e têm contribuído historicamente para o desenvolvimento de regras e normas internacionais. O país tem feito muito no sentido de promover governos democráticos, o cumprimento da lei e os direitos humanos. Valores são importantes nas decisões norte-americanas e é incomum que sejam abertamente abandonados ou ignorados. Mas valores muitas vezes

competem com temores e interesses dos EUA. Durante a Guerra Fria, os EUA freqüentemente falharam em seguir princípios democráticos, se consideravam que sua segurança estava em jogo ou se se sentiam ameaçados pela União Soviética, como no caso do Chile de Allende. Os EUA hoje têm mostrado que estão mais que prontos para deixar de lado a democracia e os direitos humanos se estes interferirem na guerra contra o terrorismo. Os EUA raramente são indiferentes à democracia e aos direitos humanos; entretanto, na hora de fazer escolhas, eles freqüentemente dão prioridade maior para outros objetivos.

Instituições. O Departamento de Estado, o Departamento de Defesa e o Conselho de Segurança Nacional têm todos papéis centrais na formação da política externa dos EUA. Isso faz parte das suas obrigações. Mas, entre as muitas instituições do Executivo, muitas das quais com autoridade majoritariamente nacional, existem poucas que se envolvem em questões internacionais. Quando decisões que afetam o México têm de ser tomadas ou implementadas, seria preciso um auditório de tamanho razoável para abrigar os representantes das várias agências e departamentos envolvidos. Como Abraham Lowenthal observou no artigo que acompanha este, o braço executivo não é o único que toma decisões. Decisões cruciais sobre imigração e comércio, por exemplo, podem envolver comitês e sub-comitês do Congresso, autoridades regionais e escritórios de governos locais e estaduais, além de uma enorme variedade de organizações comerciais, trabalhistas e outras não-governamentais. A aprovação final do pacto de livre comércio da Colômbia será determinada por um cabo de guerra envolvendo, de um lado, líderes democratas no Congresso, grupos pró-direitos humanos e sindicatos aliados; e do outro, a Casa Branca, o Departamento de Estado, o Escritório do Representante de Comércio dos EUA (USTR), outras agências executivas, muitas grandes corporações dos EUA, associações comerciais e “think tanks”. Em outras palavras, não há um interesse nacional em jogo. A decisão emerge de uma luta entre os interesses e valores de muitos grupos diferentes.

Outro exemplo da área de política comercial pode ajudar a ilustrar como arranjos institucionais afetam a maneira como as políticas são feitas. Até os anos 70, as negociações comerciais dos EUA eram gerenciadas pelo Departamento de Estado, da mesma maneira que o Itamaraty tem essa responsabilidade no Brasil hoje. O Congresso tomou a iniciativa de estabelecer um órgão separado para tomar conta das responsabilidades sobre negociações porque achava que critérios geopolíticos estavam motivando as decisões do Departamento de Estado – enquanto considerações econômicas que afetavam diretamente os eleitores do Congresso estavam sendo negligenciadas. O USTR é uma agência do Executivo, mas com elos especiais com o Congresso. Como resultado do envolvimento do Congresso, grupos lobistas externos (de setores como negócios, sindicatos, direitos humanos e meio ambiente) agora têm muito mais influência na política comercial e limitam severamente tanto a independência quanto a flexibilidade dos negociadores norte-americanos.

Indivíduos – e liderança. Estilo e capacidade de liderança fazem diferença. Há um virtual consenso de que a indicação de Tom Shannon para ser o principal funcionário do governo Bush responsável pela América Latina mudou o tom das relações norte-americanas com a região para melhor. Ele conseguiu dissipar muito da tensão mais aparente e da confrontação desnecessária que vinha caracterizando as relações. Ainda assim, ele não tem conseguido fazer muito no sentido de reformular políticas, já que o foco dos assuntos externos dos EUA está em outra parte.

O presidente Bush foi importante na promoção da agenda comercial dos EUA na América Latina, assessorado por um habilidoso representante comercial norte-americano, Robert Zoellick. Foi preciso uma intensa campanha da Casa Branca para conseguir que o Congresso aprovasse autonomia para o presidente fazer negociações comerciais de “via rápida” (“fast track”) em 2001, que passou por diferença de um voto apenas na Câmara dos Representantes. Uma campanha similar, liderada pelo presidente, foi necessária para conseguir a aprovação do Congresso para o acordo comercial do Cafta em 2006, desta vez por diferença de dois votos na Câmara.

Apesar de o presidente Clinton ter conseguido obter maioria no Congresso para o Nafta, em 1993, ele nunca se dedicou o bastante para o restabelecimento da autonomia para “via rápida” durante seus sete anos no poder. O livre comércio não era uma prioridade para a Casa Branca no tempo de Clinton.

Quando as propostas do presidente Bush de mudanças na imigração foram analisadas pelo Congresso no começo de 2001, a autoridade e a influência do presidente acabaram bastante reduzidas e as propostas foram quase todas rejeitadas; de fato, elas foram apoiadas por menos de um terço de todos os senadores republicanos. Entretanto, mesmo no auge de seu poder, a reforma na imigração pode bem ter sido derrotada no Congresso dadas as opiniões acaloradas que os norte-americanos têm com relação a essa questão. A liderança presidencial é crítica em muitas questões de política externa, mas nem sempre é o fato determinante.

Interesses. O que é fundamental entender é que a grande maioria das decisões de política externa dos EUA, pelo menos em qualquer definição significativa da palavra, refletem os interesses nacionais dos EUA. De fato, existem visões contrastantes sobre o que exatamente são os interesses nacionais. O Departamento de Estado ou a Casa Branca invariavelmente afirmam que estão agindo de acordo com os interesses do país – entretanto, na maioria das vezes, suas decisões emergem a partir de colisões entre diferentes valores, posições burocráticas, abordagens filosóficas de funcionários distintos e as pressões que grupos externos de diversos tipos conseguem exercer. Qualquer decisão que surja (seja invadir o Iraque, fazer concessões à Coreia do Norte ou impor novas sanções a Cuba) é considerada de interesse nacional. Mas ela geralmente reflete ou o interesse particular de algumas instituições e indivíduos, ou resulta de uma batalha entre interesses conflitantes.

As políticas agrícolas, por exemplo, são um assunto contencioso para o Brasil e para o resto da América Latina, além de um enorme obstáculo para a liberalização do comércio regional e internacional. Talvez seja a questão mais importante dividindo os EUA e o Brasil. Mas é difícil identificar quais interesses nacionais se beneficiam dos subsídios agrícolas e tarifas dos EUA. Estes são o trabalho característico de um pequeno número de poderosos produtores agrícolas domésticos que se beneficiam das tarifas sobre o etanol e o suco de laranja, cotas para o açúcar e subsídios para o milho ou algodão. Outros grupos com interesses (de fabricantes de balas a consumidores de energia) não conseguem se equiparar ao poder do lobby agrícola. Mesmo a formidável comunidade cubana em Miami não conseguiu resistir às demandas dos produtores agrícolas. É por isso que os EUA são hoje o maior exportador de alimentos para Cuba. Na maior parte das vezes, não é muito produtivo tentar explicar a política externa dos EUA em termos dos interesses norte-americanos.

Existe um quinto “I” que conduz as políticas dos EUA hoje: o Iraque. A invasão do Iraque, a condução da guerra e uma série de desenvolvimentos relacionados têm dominado a política externa norte-americana e a política nacional pela maior parte dos últimos quatro anos. Outras questões internacionais têm sido, em grande parte, deixadas de lado e negligenciadas. O impacto na América Latina tem acontecido de duas maneiras. Primeiro, o envolvimento de Washington com a região tem sido esporádico e geralmente indiferente. Simplesmente não sobra tempo para formular e implementar políticas dos EUA na América Latina. Segundo, eventos no Iraque e associados a ele causaram mal-estar profundo na maior parte da América Latina e tornaram difícil a manutenção de uma relação construtiva. A guerra do Iraque consumiu também uma quantidade enorme de recursos norte-americanos.

A conclusão a ser tirada é de que a política norte-americana com relação à América Latina é, no geral, secundária. Na maioria das vezes, ela é conduzida por uma combinação da agenda internacional maior de Washington, poderosos interesses internos e as demandas políticas nacionais e locais. Escolhas políticas raramente são reações a interesses norte-americanos na América Latina ou às necessidades da região. Os elementos fundamentais dos acordos comerciais latino-americanos, por exemplo, emergem de pressões cruzadas de muitos grupos internos: produtores agrícolas, empresas farmacêuticas, ativistas ambientais, sindicatos e outros. Por envolver profundas emoções políticas, a política de imigração tem sido gerenciada quase que exclusivamente como assunto interno. Os formuladores das decisões norte-americanas ignoram em grande parte o efeito das leis de imigração dos Estados Unidos em outros países ou nas suas relações com Washington. Estratégias contra drogas são conduzidas, principalmente, por polícias locais e nacionais. A política para Cuba, mais do que qualquer coisa, reage às demandas do jogo político cubano-americano, exceto quando estas são sobrepujadas pela política agrícola.

Mesmo assim, um presidente forte pode, às vezes, fazer a diferença se ele (ou ela) estiver preparado(a) para exercer liderança e desafiar alguns dos interesses

econômicos e políticos internos que hoje moldam os contornos das políticas norte-americanas para o hemisfério ocidental. Isso já aconteceu no passado. A Aliança para o Progresso e os Tratados do Canal do Panamá não eram secundários – assim como não o foram o acordo comercial do Nafta, as iniciativas do primeiro presidente Bush para redução das dívidas externas e para o comércio regional, ou o pacote de ajuda do presidente Clinton para o México. Uma América Latina que estiver genuinamente interessada em uma parceria com os EUA tornará as coisas mais fáceis para que os Estados Unidos busquem uma política construtiva na região.

Os Estados Unidos (vistos) do Brasil

*Roberto DaMatta**

Quero inicialmente agradecer ao Embaixador, Ministro Sergio Amaral, pelo amável e honroso convite de tomar parte nesta reunião, contribuindo com mais um “olhar cruzado” do Brasil para os Estados Unidos e de volta ao Brasil, num genuíno exercício de comparação por contraste que é, de fato, a marca da ciência social que pratico – a Antropologia Social ou Sociologia Comparativa. Este é um convite que vem renovar antigos laços de amizade e admiração por muitos dos que estão em torno dessa mesa, o que muito me honra e alegra.

Seria preciso, de saída, explicitar minha perspectiva.

Penso que colocar em paralelo (e também em meridiano) Brasil e Estados Unidos é uma tarefa importante. Eu mesmo fiz isso a partir de 1963, quando visitei os Estados Unidos pela primeira vez, numa experiência que, num sentido muito preciso, veio consolidar toda uma perspectiva de interpretação da vida social brasileira concretizada principalmente nos livros *Carnavais, Malandros e Heróis* e *A Casa & a Rua*; e que foi exposta em crônicas, reunidas num livro recente, o meu *Tocquevilleanas: Notícias da América*, publicado em 2005.

Neste livro, falei de constelações de valores, de conjuntos de práticas sociais e de sistemas de atitudes diante da vida e do mundo que chamavam a minha atenção primeiramente como um brasileiro nos Estados Unidos; e, em seguida, depois que ganhei familiaridade com a cultura e a sociedade americana, como um “mulato cultural”. Ou seja, um híbrido ou um ser dotado de uma ética dual caracterizada por uma dupla perspectiva ou mentalidade. Assim, eu adotava um olhar americano para ver melhor o Brasil; e, ao reverso, era inevitavelmente possuído pela perspectiva brasileira para ver os Estados Unidos.

Como meu tempo não é muito longo e estamos numa primeira reunião, vivendo um rito inaugural, eu quero inicialmente marcar melhor a minha posição.

É meu propósito enfatizar dois pontos que considero críticos em qualquer olhar cruzado; essa visada que conduz a uma percepção da diferença e, mais que isso, a como entender e lidar com as diferenças, algo muito inusitado num mundo marcado pelo universalismo iluminista ou burguês, cujo otimismo relativamente às formulas de civilização e do progresso ilimitado só começam a ser realmente abaladas pela presença do desastre ecológico – ou os limites do planeta; esse hóspede não-convidado de um ideal de vida social fundado na exploração contínua da natureza em nome de humanidades particulares. Esse universalismo que nos leva a supor que os Homens (e o que quer que seja essa entidade

* **Roberto DaMatta** é Professor Emérito de Antropologia Cultural da Universidade de Notre Dame, Estados Unidos; professor da PUC do Rio de Janeiro, ensaísta e autor de vários livros.

exclusiva, pois aqui não falamos de crianças, loucos, analfabetos, mulheres e, quem sabe, indígenas – esses inocentes da Declaração dos Direitos Humanos) são mesmo iguais em substância (e não em direitos e oportunidades), daí uma certa surpresa e até mesmo indignação quando alguns pedaços do mundo se recusam a seguir (como parcelas do mundo árabe) nossos valores.

Nesta perspectiva, falar de sociedade é uma aventura porque nos obriga a sair da trivial síndrome tematizada pela dualidade imitação ou rejeição dos modelos que “deram certo”. Um dualismo típico de áreas como economia, educação, política, indústria e tecnologia nas quais a palavra de ordem é: “temos que fazer como eles” ou ser como os países “adiantados”, “civilizados”, “desenvolvidos” ou “centrais”. Ou o exato oposto: o neoliberalismo contém um erro ontológico.

É fácil e desejável comparar o número de analfabetos e os índices de concentração de renda como indicadores de “qualidade de vida” a serem rapidamente modificados. Muito mais complicado e certamente impossível, porém, é afirmar que uma existência social mais rica e generosa está necessariamente relacionada a tal ou qual credo religioso ou a este ou aquele conjunto de leis ou prática ritual.

Não parece haver dúvida de que existe uma relação entre modernidade, individualismo, existência de regras explícitas, cálculo racional de perdas e lucros, fazer dinheiro pelo dinheiro, igualitarismo político, padronização, austeridade como valor e o protestantismo – como demonstrou Max Weber. Mas seria uma absurdidade assumir essa relação como absoluta e assim concluir que todos os países teriam de passar por uma “Reforma Protestante” para se modernizarem. O caso japonês, como alguns estudiosos têm insistido (eu estou pensando no Robert N. Bellah de *Tokugawa Religion*, na Chie Nakane de *Japanese Society* e no *Japanese Civilisation* de S.N. Eisenstadt), liquida a tese de uma modernidade democrática exclusiva, fundada nos axiomas morais e transcendentais do puritanismo inglês, Calvino e uma boa dose de Iluminismo francês via “founding fathers”.

Uma das dificuldades da comparação entre sistemas religiosos é precisamente essa ausência de relações fixas entre modos de ser – freqüentemente expressas através de fórmulas religiosas – e valores mundanos; entre o conjunto de idéias relativas a um “outro mundo” (concebido perfeito, imutável e justo) e “este mundo” farto de injustiças, sofrimento, imperfeição e transitoriedade¹. O xintoísmo não impediu que o Japão viesse a ser uma potência tecnológica.

Uma perturbadora ausência de determinismo que nós, pós-modernos, sentimos com muito desamparo e decepção, impede situar sociedades em escalas evolutivas. Assim, nada impede que se junte normas que instituem o mais aberto

¹ Sobre essa fundamental disjunção entre “este mundo” e o “outro” já se manifestava, entre 1835-40, Alexis de Tocqueville, no seu imprescindível *A Democracia na América*, dizendo: “Deixem o espírito humano seguir sua tendência, e ele ajustará de maneira uniforme a sociedade política e a cidade divina; ele procurará (...) harmonizar a terra com o céu”. Como se sabe, essa oposição é crítica na sociologia religiosa de Weber.

individualismo no melhor estilo americano (que produz competição implacável com os seus “winners” e “losers”) com o maleável e atuante, mas jamais politizado, pessoalismo holista brasileiro, que produz nepotismo e resiste a todas as regras universais. De um lado a regra forte da lei que leva ao conflito aberto; do outro, as transições graduais, mais ou menos sem dor – você decide.

Supor que o famoso “American way of life” (baseado no consumo conspícuo de Veblen e na mais absoluta ausência de reciprocidade) é mais civilizado do que uma sociabilidade fundada no dar-para-receber, no presente e na comida, é absurdo. Certos organismos internacionais arrolam conjuntos de nações em função de seus índices de educação, saúde, renda, produtividade econômica, etc..., mas – como indicam os românticos, gente como Johan Gottfried von Herder e os antropólogos da linhagem de Franz Boas e Isaiah Berlin – seria impossível dizer quem é o mais bem sucedido ou moderno em termos de línguas nacionais, música, poesia ou religião.

A comparação das sociedades é complexa, senão incomensurável, porque ela tende a ultrapassar o terreno externo dos resultados da ação (que são a matéria prima dos índices), e logo chega a modos de sentir e de ser. Num sentido geral e interior, cada sistema social é intraduzível e incomparável, pois pertencer a uma coletividade é, como dizia Herder, uma necessidade tão básica quanto comer, abrigar-se e vestir-se. Por tudo isso, o meu terreno é movediço e complexo. A investigação sendo reveladora do próprio tema, senão do investigador.

Quero usar o tempo que me resta para apontar uma questão que julgo básica neste mundo globalizado, mas repleto de movimentos nativistas e messiânicos criados pela universalização da modernidade ocidental. Trata-se da distinção de coletividades múltiplas que se entrelaçam e cruzam naquilo que chamamos de Estados Unidos, Brasil, Rússia, Índia ou Argentina.

Falar da “sociedade americana” não é o mesmo que falar dos “Estados Unidos”. Assumo que os Estados Unidos têm mudado mais do que a imagem subjacente a eles colada cuja natureza é mais totalizada ou holística, ideológica e simbólica: a América. Podemos localizar com precisão e até mesmo tentar atacar os Estados Unidos que, como país, têm fronteiras e índices. Mas a América que deles faz parte é parecida com os gatos e os espíritos: é difícil de ver e apanhar e, no entanto, pode ser presentida ou experimentada.

Afinal a América é o lugar da esperança. O ponto “geo-ideológico” onde alguns sonhos burgueses europeus tornaram-se realidade viva e pungente. É, submeto, a América que faz com que esses Estados Unidos se reduzam a uma cultura: a valores e modos de fazer singulares e, por isso mesmo, absolutamente equivalentes a todos os outros. Submeto que essa distinção é importante porque o nosso perspectivismo universalista, freqüentemente normativo, centrado nas análises econômicas e/ou políticas, cujo centro é o indivíduo autônomo que nasce adulto e sabe o que maximizar, tende a confundir Estados nacionais ou

países que são, em primeiro lugar, comunidades territorializadas, soberanas, contidas, concretizadas e muitas vezes agenciadas através de mapas, com sociedades, línguas, religiões e culturas.

Estados nacionais são gerenciados por burocracias, têm como centro político ou cívico o indivíduo-cidadão e possuem constituição escrita e território soberano. Sociedades e culturas são governadas por valores, coagidas por moralidades não-escritas (idéias implícitas, vistas como naturais), têm como centro famílias e elos sociais imperativos (como os elos entre o sistema e Deus) e independem de território e soberania. Dois brasileiros em South Bend, Indiana, atualizam, num jantar, a sociedade brasileira. Centenas de milhares de brasileiros em Miami não podem nem de longe pensar em reconstruir ali o Brasil como Estado nacional.

Tribos indígenas nas Américas fazem parte de Estados nacionais, mas não pertencem às sociedades nas quais vivem. No Brasil escravocrata, os escravos eram parte crítica da sociedade brasileira, mas estavam excluídos do Estado nacional brasileiro. Estados nacionais são exclusivos e únicos; sociedades e culturas são entidades multifacetadas. Suas relações são complexas, intrigantes, e são – sem dúvida – cruciais para entender isso que chamamos de “progresso”, “desenvolvimento” ou “modernidade”.

Muitas pessoas ficam surpresas quando descobrem o número de línguas faladas no México e na Índia (62 no México, 18 na Índia); ao passo que o especialista em sociedades e culturas impressiona-se com a facilidade burra com a qual se fala do futuro da China, como se essa comunidade se reduzisse apenas à sua economia e ao seu mapa geopolítico e não fosse também o palco de mais de meia centena de minorias étnicas oficialmente reconhecidas.

Por tudo isso, penso que é sociologicamente sagaz distinguir os Estados Unidos – da América. Uma coisa é a hiper-nação simbolizada pela águia careca que tem na sua garra esquerda um feixe de treze dardos (que, por sua vez, simbolizam as treze colônias fundadoras do país) e, na sua garra direita, um ramo de oliveira, o símbolo clássico da paz². Esse Estado nacional que, desde que se entende como tal, tem uma mesma constituição, uma mesma moeda e jamais duvidou da eficácia do seu sistema econômico e de suas instituições políticas – instituições, diga-se de passagem, inseparáveis de suas crenças religiosas. Essa nação que, como nenhuma outra, detém a hegemonia econômica e militar do planeta.

Uma outra coisa é a entidade chamada América, cujo melhor símbolo não é tanto um conjunto institucional – liberdade, pragmatismo, capitalismo, utilitarismo e, sobretudo, igualdade; mas a sua prática, o que inventa um cotidiano singular, como perceberam Tocqueville, Weber e tantos outros. Os Estados Unidos têm um policialesco departamento de imigração; a América, porém, recebe todo mundo de braços abertos e quem por lá trabalha junta alguma coisa. Dizem que os Estados Unidos pertencem às grandes multinacionais; mas

² Dizem que esse símbolo vem do fato de que as oliveiras demoram a dar frutos, o que faz com que seja impossível cultivá-las em tempo de turbulência social como o conflito e a guerra.

a América é aquela realidade cujo dono é o “povo”, o “homem comum”, os John Does deste mundo, como diria Frank Capra. Embora ligada aos Estados Unidos, a América vive no aqui e agora dos universos locais, onde tudo começa e termina na hora certa; os governantes *devem* ser criticados; há uma exigência de coerência tanto pessoal quanto pública e a palavra igualdade aplica-se a todos, sobretudo ao “guy next door”. Em termos de olhares cruzados, eu penso que as imagens e as representações que nós, brasileiros, fazemos dos Estados Unidos têm oscilado entre essas duas dimensões.

Sugiro que o século passado foi um tempo em que a realidade americana (título, aliás, de um bela apreciação dos Estados Unidos por um brasileiro sensível e culto, Alceu Amoroso Lima) surgiu mais como América do que como Estados Unidos. Mais como uma quase inacreditável experiência com a encarnação de valores democráticos, como as casas sem muros que, para ele, seriam um índice de que a vida em comunidade não compete com a vida em intimidade (não há segmentação, mas contraste, entre casa e rua), do que com o contato com um poderoso sistema econômico ou terrível máquina de guerra e opressão imperial.

Afirmo que é o diálogo entre Estados Unidos e a América que constitui o centro da poderosa narrativa de Érico Veríssimo nos livros *Gato Preto em Campo de Neve* e *A Volta do Gato Preto*, quando o escritor testemunha, com o assombro de um brasileiro habituado a uma vida social baseada na desigualdade e norteada por práticas hierárquicas e messiânicas, que, no vagão-restaurante, os oficiais entram na fila atrás dos soldados; e, num restaurante universitário, os Prêmios Nobel comiam de bandeirão como todo mundo. A ausência – ou melhor – a impossibilidade do “Você sabe com quem está falando?” que aristocratiza; e a presença do “Who do you think you are?” que nivela, fazem parte da América. São um ritual da mesma linhagem, conforme descobriu Tocqueville, daquela fragilidade individual que, num universo social no qual as genealogias, os laços pessoais e os bens materiais, sobretudo a propriedade, não formam “estados” ou “casas”, promovem todos os tipos de associações cuja marca é a sua dinâmica igualitária. O seu vezo horizontalizado, ao contrário do que acontece nas sociedades desiguais onde todos olham para cima ou para baixo, jamais para o lado.

Já a cena do cheiro da pele queimada de um negro em Waco, Texas, descrita no diário de Gilberto Freyre; e a dinâmica do código da superioridade racial como um modo de exclusão dos negros, inigualavelmente estudada por Oracy Nogueira, fazem parte dos *Estados Unidos da América*. A segregação racial e o preconceito dela decorrente são sinais do exclusivismo hierárquico como um valor moral e político que, num ambiente igualitário, retorna como um hóspede não-convidado. Eles revelam a prática de uma tentativa de produzir uma igualdade compartimentalizada. Um sistema onde haveria igualdade para todos, mas alguns seriam mais iguais do que outros, conforme define o axioma do “iguais, mas separados”. Ademais, a posição legal do negro no Sul mostra como esses “estados” desunidos somente uniram-se e só foram definitivamente colados depois de uma horrenda Guerra Civil.

Numa fórmula e num exagero – pois falar de sociedades é, como dizia Weber, exagerar, inventar modelos ou tipos ideais –, os Estados Unidos vistos do Brasil oscilam entre a América de Franklin Roosevelt, dos filmes de Capra, dos livros de Mark Twain, de uma gravura de Norman Rockwell, uma balada de Gershwin e dos musicais de Hollywood. Dos heróis da Segunda Guerra Mundial a esses opulentos e poderosíssimos Estados Unidos de George W. Bush que invadem o Iraque.

Penso que os diversos desdobramentos, bem como a dialética dessa distinção, ajuda a compreender e, mais que isso, a conciliar a comunidade moderna, engendrada por laços contratuais realizados por meio de indivíduos autônomos e independentes (mas que comungam de um mesmo ideal religioso e comunicativo), com os ideais implícitos, ainda que presentes na modernidade, que surgem em coletividades formadas a partir de práticas situadas aquém ou além do mercado, do civismo e da igualdade, como são as “famílias” religiosas e lingüísticas. A síntese ou a aproximação entre Estado nacional e sociedade tem no caso americano o seu ponto culminante e o seu caso mais bem sucedido.

A mim me parece que a passagem ou o diálogo entre Estado nacional e sociedade e cultura; entre individualismo e holismo; entre interesses particulares e coletivos; entre a igualdade e a hierarquia, são dimensões sociais que o elo entre a América e os Estados Unidos deixam ver.

